

FACAM – FACULDADE DO MARANHÃO

SOMAR SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA

CNPJ 04.855.275/0001-68

GRADUAÇÃO – PÓS-GRADUAÇÃO – ENSINO À DISTÂNCIA

PROCESSOS DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL



São Luís

2012

Faculdade do Maranhão

Processos de Trabalho em Serviço Social / Faculdade do Maranhão –. São Luís, 2012.

f.:il.

Impresso por computador (Fotocópia)
Apostila (Graduação em Serviço Social a Distância) – Curso de Graduação
em Serviço Social, Faculdade do Maranhão, 2011.

1. Políticas Sociais I. Título.

SOMAR – Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda.

FACAM – Faculdade do Maranhão

Carlos César Branco Bandeira

Diretor Geral

Thatiana Soares Rodrigues Bandeira

Diretora Executiva

Henilda Ferro Castro

Diretora Acadêmica

Heraldo Marinelli

Coordenador Geral de Ensino a Distância

MeyryJanes Costa Almeida

Supervisora Adjunta de Ensino a Distância

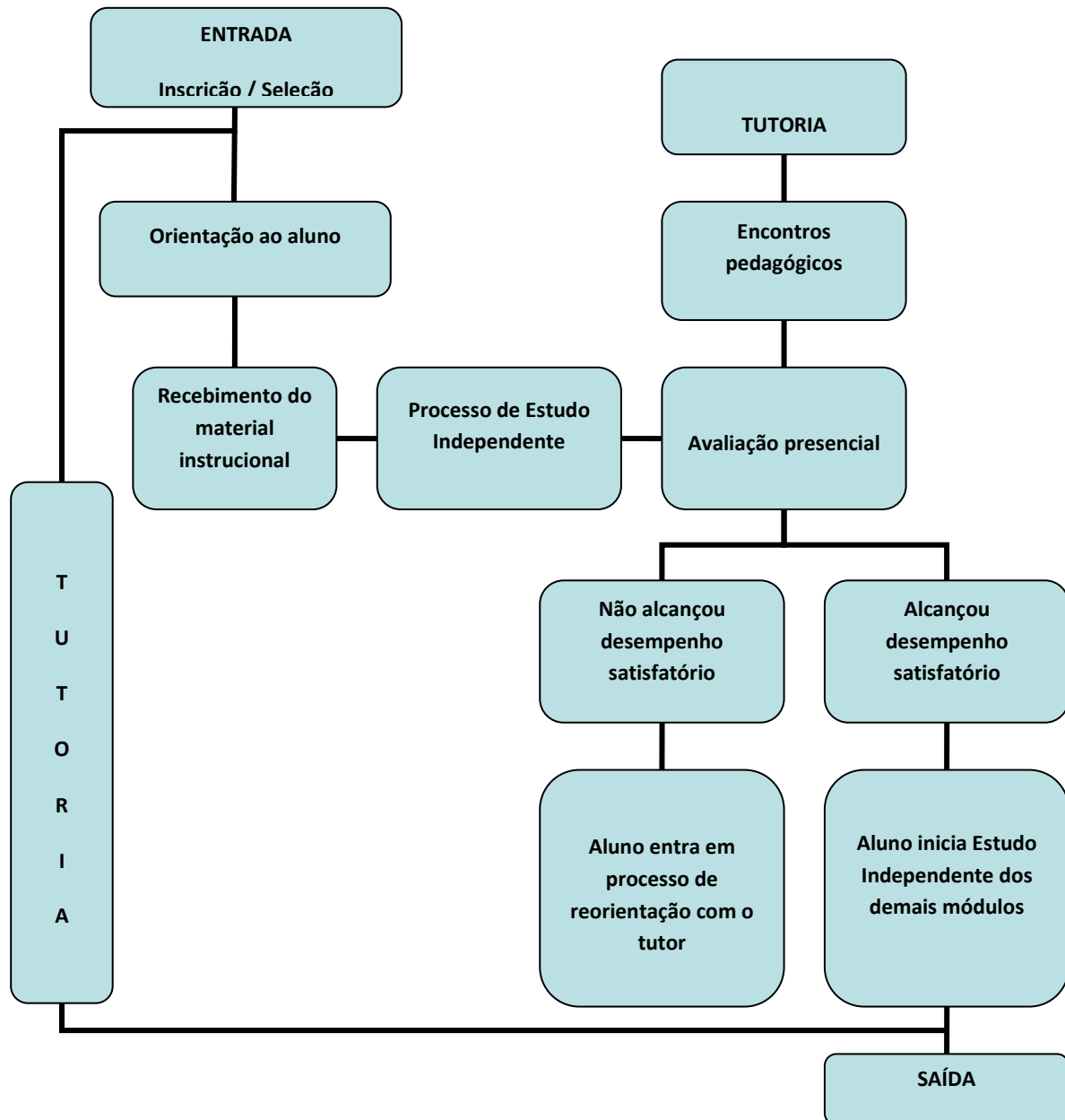
Paula Carolina Caetano de Moraes

Coordenadora de Serviço Social

Adriana Gomes de Oliveira

Bibliotecária

FLUXOGRAMA DE ESTUDO



DISCIPLINA: PROCESSOS DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Atuação do Serviço Social nos processos de trabalho. A inserção do assistente social nos órgãos estatais e as implicações no trabalho profissional. O instrumental técnico-operativo utilizado no desempenho do trabalho profissional nas diferentes inserções institucionais: fundamentos teóricos e desenvolvimento de habilidades ante as diversas expressões da questão social. Instrumentos técnicos operativos. Indicadores de situação da ação profissional e seus resultados. Estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo utilizado no desempenho do trabalho profissional nas diferentes inserções institucionais.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar o Serviço Social no contexto da categoria trabalho. Entender as transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos na intervenção do Serviço Social. Discutir sobre o redimensionamento da profissão, bem como as demandas profissionais nas relações entre Estado e sociedade. Pontuar as estratégias e técnicas profissionais utilizadas pelo Serviço Social nas respostas às demandas profissionais.

Objetivos Específicos:

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

RECURSOS

Quadro branco e acessórios;

Textos;

Data Show;

Computador;

Papel Chamex.

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua através de observação, acompanhamento dos trabalhos em diversos momentos de aprendizagem.

O processo ensino-aprendizagem será avaliado na dimensão qualitativa e quantitativa – a partir de produção individual e coletiva, expressão crítica e reflexiva dos conteúdos, assiduidade, criatividade, organização e desempenho nas atividades no contexto presencial e a distância.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPITULO1 PROCESSO DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL	10
Unidade 1.1 A categoria trabalho em Marx e Engels.....	10
Unidade 1.2 Transformações no mundo do trabalho.....	15
Unidade 1.3 O debate sobre o trabalho na contemporaneidade.	29
Unidade 1.4 Uma análise do Serviço Social no contexto da categoria trabalho.	32
CAPITULO 2 FUNDAMENTOS PARA O DEBATE OPERACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL	34
Unidade 2.1 A intervenção do Serviço Social na crítica ao modelo sistêmico.....	34
Unidade 2.2 A inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho.	34
Unidade 2.3 As demandas profissionais nas relações entre Estado e Sociedade.	36
Unidade 2.4 O redimensionamento da profissão: o mercado e as condições de trabalho.	39
CAPITULO 3 ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS PROFISSIONAIS	42
Unidade 3.1 Condições de Trabalho e respostas profissionais.	42
Unidade 3.2 O Exercício Profissional em instituições privadas, organizações governamentais e não governamentais e movimentos sociais.	43
Unidade 3.3 A relação assistente social e usuários dos Serviços Sociais.....	46
Unidade 3.4 Os instrumentos e as técnicas utilizadas pelo Serviço Social nas respostas às demandas profissionais	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63

INTRODUÇÃO

O trabalho, por ser considerado categoria fundante da sociabilidade humana, dá margens para que o homem se constitua ser social. Através dele, os homens transformam a natureza em produtos correspondentes a suas necessidades e transformam a si mesmos.

No entanto, por conta de distorções históricas envoltas no trabalho, o homem perdeu o domínio sobre a natureza, deixando de apropriar-se do que produziu submetido às mais variadas formas de relações trabalhistas. E com o surgimento do capitalismo, isso se intensificou ainda mais, principalmente, porque o objetivo desse sistema é sempre o lucro.

Todos esses aspectos influenciaram, sobremaneira, na busca por mão-de-obra especializada, acarretando grandes dificuldades sociais, evidenciadas por diferentes fatores econômicos. Com isso, o mercado de trabalho tornou-se muito estreito de oportunidades. Vive-se sob a era da modernização e verifica-se que a pessoa despreparada, sem uma educação adequada, ou seja, sem uma formação profissional, passa por desníveis salariais, fica fora do mercado e sujeita às mazelas sociais, bem mais marcadamente que aquelas com qualificação.

Tudo isso é oriundo de uma crise capitalista que eclodiu em escala mundial na década de 70, quando se redefiniu o padrão de acumulação vigente e presenciou-se profundas transformações no mundo do trabalho. Nesse contexto, abandona-se a produção em massa, decorrente do padrão taylorista-fordista, e passa-se a investir no aumento do mercado, acirrando a competitividade intercapitalista.

Esse novo padrão investe no mercado de bens não padronizados, especificados, com baixos estoques, destinado a atender a procura. Além disso, tal padrão ocasionou profundos impactos na vida do trabalhador, tanto pela revolução tecnológica que operou na indústria, quanto pela potencialidade com que se processou em outros setores da economia, como o comércio e a construção civil.

Antes, estes setores se caracterizavam por empregar mão-de-obra sem exigir qualificação. No entanto, atualmente há uma reversão desse quadro, pois com essa “nova ordem”, os setores passaram a exigir do trabalhador mais qualificação e até mesmo a requalificação para sua inserção ou permanência no mercado de trabalho.

Tais mudanças impuseram um reordenamento do capital, realizando uma verdadeira reforma no mundo do trabalho por meio da integração passiva dos trabalhadores à “nova ordem”, isto é, a adesão e o consentimento do trabalhador às exigências da produção capitalista, evidenciando, com isso, as reais necessidades do processo de reestruturação produtiva e da globalização da economia fundamentada nas teorias neoliberais.

Essas necessidades se expandem e desencadeiam efeitos danosos à sociedade, como hiperinflação, precarização no trabalho, incentivos aos processos de mobilidade/flexibilidade entre setores da economia, redução dos postos de trabalho e a eliminação da interferência sindical e das regulamentações trabalhistas.

Sob essas influências, estabeleceu-se a “nova ordem”, revigorando as forças do capital. As diversas formas utilizadas pelo capital, para superar suas crises cíclicas, têm revelado sua capacidade de se reestruturar a partir de novas formas de exploração do trabalho.

Esse quadro de transformações também repercutiu na realidade brasileira, assumindo um movimento próprio, respeitando suas peculiaridades conjunturais e estruturais, porém, sintonizado com os interesses do capital internacional, trazendo consequências danosas para a vida do trabalhador, pois, de um lado, “reorganizava” o capital e, do outro, “desorganizava” o trabalho.

“Um dos aspectos mais centrais da questão social, hoje, é a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho.” (IAMAMOTO, 1998, p. 115). Tudo isso, oriundo das raízes do processo de Globalização, o qual é excludente e desigual, de Reestruturação Produtiva e da Reforma do Estado.

As alterações no mundo do trabalho precarizaram tanto as condições de vida dos trabalhadores (sem carteira assinada, sem renda fixa, trabalho parcial, etc.), quanto às relações de trabalho (desregulamentação do mercado formal de trabalho) e a terceirização, que abre espaços para a transferência de funções de uma empresa para outra, deixando evidente a necessidade de políticas públicas diversificadas.

É diante deste cenário que o profissional de Serviço Social se insere como um profissional técnico-operativo, redimensionando a profissão frente às demandas apresentadas pelo mercado de trabalho e com vista a utilizar estratégias e técnicas de intervenção para superar os obstáculos com vista a buscar respostas e garantir a cidadania de seus usuários.

CAPITULO 1

UNIDADE 1 PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

1.1 A categoria trabalho em Marx e Engels.

Na história humana, conforme nos ensina o legado marxiano, o trabalho se efetivará sempre como condição eterna do homem de transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, sempre no interior e por meio de uma forma específica, historicamente determinada, de organização social. Seu legado onto-histórico assinala ainda que é no e a partir do trabalho, ou seja, no processo pelo qual passam a produzir a própria vida material, que os homens saltam da natureza e superam seus limites naturais, produzindo a si humanamente. Na análise abaixo, Marx é bem claro:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele **põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade**, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. **Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele se modifica, ao mesmo tempo, por sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.**

Em *O Capital*, ao explicitar a racionalidade do modo de produção capitalista, Marx revela não só a lógica que preside o *modus operandi* desse sistema social, mas o complexo unitário de sua reprodução social, isto é, revela os dois polos que lhe delimitam os movimentos reprodutivos: a produção da existência material e a produção de si dos indivíduos correspondentes a um determinado momento do envolver histórico. Dito de outro modo, ali Marx confirma a prioridade ontológica da práxis na vida humana, reafirmando o trabalho como pressuposto onto-histórico, fundante do ser social.

O homem, intervém transformando as determinações naturais à sua volta, criando o mundo no qual efetivamente vive. Noutras palavras, embora o ato de trabalhar seja portador de uma coação imanente à atividade por ser dirigido pelas propriedades reais do material a ser transformado, apropriar-se de suas legalidades

e moldá-las conforme o fim pré-estabelecido, a reconfiguração da matéria embora dirigida pela própria matéria, constitui a base da afirmação do homem como indivíduo ativo. Reside aqui conforme consta nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, o fundamento da liberdade humana: a atividade vital consciente, o trabalho, é uma atividade livre, liberdade do ser, ativo e consciente, para sua própria existência.

O trabalho é portanto, conforme explicita Marx, a categoria fundamental de distinção entre os homens e os animais, o complexo categorial ontológico determinante do caráter próprio da humanidade.

Consoante com essa premissa, Engels, ao discorrer sobre o papel trabalho na evolução do homem, diferencia a posição ereta e o uso das mãos dos macacos em relação ao homem moderno, destacando que para o primeiro as funções desempenhadas por essa condição e pelas mãos são sumamente simples, ou seja, correspondem às necessidades imediatas, determinadas pelo seu ser biológico, a qual difere radicalmente da mão humana lapidada pelo trabalho.

O homem, entretanto, é um ser que dá resposta ativa e consciente aos seus carecimentos, livre do determinismo de sua base genética. Aqui preside a essência do trabalho.

Engels acrescenta que os animais através da sua atividade, também modificam a natureza exterior, embora em grau distinto ao homem, porém, é inteiramente involuntária e constitui um fato accidental. Já os homens, quanto mais se afastam dos animais, “mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão.

A atividade produtiva humana, conforme a análise marxiana elucida, é , ao mesmo tempo, produção do objeto de sua necessidade e produção de si enquanto indivíduos sociais e singulares: o homem no ato de produzir e reproduzir os objetos de sua necessidade produz a si genérica e individualmente.

Ao se apropriar ativamente do mundo natural para produzir sua vida o homem toma apropriada a natureza para si. Noutras palavras, através de sua atividade, reelabora a própria matéria natural dando-lhe um novo caráter, faz dela objetividade social. Nesse processo, o homem realiza suas potências mediante exteriorização de suas forças essenciais – realiza-se, portanto, pelo trabalho a humanização do mundo e dos indivíduos.

Na análise sobre O processo de trabalho, Marx ao referir-se aos elementos simples do processo de trabalho- a atividade orientada a um fim, seu objeto e seus meios- recoloca a importância das ferramentas, ou seja, dos meios de trabalho, para a compreensão das formações econômicas e, por consentâneo, da individualidade que se produz nas sociabilidades a elas correspondentes.

Os meios de trabalho, ao indicar o grau de desenvolvimento das forças produtivas, as condições sociais nas quais se trabalha, indicam o grau de desenvolvimento das capacidades humanas. Em outras palavras, são indicadores do patamar de humanização em que os indivíduos encontram-se inseridos: “ O que eles são coincide, portanto com sua produção, tanto com que produzem como com o modo como produzem.

Na sociabilidade capitalista, o modo de produzir a vida alicerçada na relação antagônica entre capital e trabalho, indica uma dada forma de existência dos homens, genérico-individual, no curso do processo histórico de autoconstituição do ser social.

Ao analisar o processo de valorização, destaca que o produto, propriedade do capitalista, não é produzido com o interesse no mesmo, ou seja, embora esse produto tenha valor de uso, a escolha por ele e não por outro se dará pelo valor de troca. Nesse sentido Marx evidencia:

[...] Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado.

Marx (1985),destaca que o processo de trabalho sob a produção capitalista, na qual a força de trabalho é apropriada pelo capitalista, apresenta dois fenômenos peculiares: primeiro, o controle do capitalista sobre o trabalhador, verificando se o seu trabalho está seguindo em ordem e se a matéria-prima e os instrumentos estão sendo utilizados sem prejuízo ou desperdício; segundo, o produto produzido pelo trabalhador não pertence a ele,mas ao capitalista, que tem posse do seu trabalho.

Outra passagem que chama a atenção diz respeito à problemática da subsunção do individuo ao processo de valorização do valor, fato este também presente nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O

trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior numero de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (Marx, 1993).

A partir deste fato, tenta apreender a “conexão essencial entre todo sistema de alienação- propriedade privada, espírito de aquisição, a separação do trabalho, capital e propriedade fundiária, troca e concorrência, valor e desvalorização do homem, monopólio e concorrência, etc.- e os sistema de dinheiro. Chega então, ao esboço da questão da alienação/estranhamento, onde esta é apresentada em dois níveis. Um trata de uma perspectiva eminentemente histórica: a alienação/estranhamento do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho e a alienação/estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade, ou seja, ao processo de produção, no interior da própria atividade produtiva. Destas duas formas históricas da alienação/estranhamento podemos inferir que, sob o capitalismo, a própria condição para que os sujeitos se tornem trabalhadores está na estrita dependência de que eles mesmos, os sujeitos, tornem-se mercadorias.

No segundo nível, a alienação/estranhamento é considerada por Marx numa dimensão ontológica. Daqui decorrem duas determinações: o trabalho alienado, ainda sob as condições do capital, aliena o homem o gênero, Istoé, o trabalhador se estranha de sua própria espécie. Atividade vital, livre e consciente, inerente ao homem, permite que este, em interdependência com a natureza, mantenha-se em permanente intercâmbio para não morrer. Assim, o homem afirma-se, ao manipular a natureza como ser genérico, livre e consciente, distinguindo a sua atividade vital dos animais. Enquanto o animal “produz unicamente sob o domínio da necessidade física imediata”, o homem “só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade”.(Marx, 1993).

O trabalho alienado, portanto, inverte esta relação, “uma vez que o homem, enquanto ser consciente, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio de sua existência” (Marx,1993). Disto comenta Marx, “chega-se à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais-comer, beber e procriar, quando muito, na habitação e no adorno, etc. enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano animal.

A outra consequência imediata da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida genérica, é a alienação do homem relativamente ao homem. Em determinação da alienação/estranhamento está articulada com a alienação do homem em relação ao seu ser genérico, e com a alienação do homem consigo mesmo, uma vez que a alienação implica, enquanto reflexo da realidade na consciência, numa cisão interior ao próprio sujeito.

Marx (1993) deixa posto que o meio pelo qual a alienação/estranhamento ocorre é prático, isto é, sua base é material, objetiva. Só pelo processo no qual a consciência reflete a realidade, é que a alienação toma uma dimensão subjetiva, que vai exteriorizar-se, enquanto ato/atitude, na relação do homem consigo mesmo, com os outros e com a natureza.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1. De acordo com Marx, como pode ser definido o trabalho?

2. Marx afirma que o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que aumenta o controle do homem sobre a natureza, intensifica o processo de alienação humana, pois o trabalhador não detém o controle sobre o seu trabalho e sobre o produto deste. Neste sentido, na produção capitalista, a relação entre os homens aparece como relação entre:

- a) Ideologias
- b) Sujeitos
- c) Classes
- d) Coisas
- e) N.d.a

1.2 Transformações no mundo do trabalho

No contexto da processualidade histórica do trabalho com suas bases constitutivas, vimos que este serve de eixo para análise das transformações ocorridas no mercado. Dessa forma, após um período de grande desenvolvimento capitalista, que foi considerado a “idade de ouro do capitalismo”, sob a vigência do fordismo, as principais economias capitalistas enfrentaram, a partir de 1973, um período de crise mundial do capital e a instauração de uma longa depressão.

O fordismo, que nasceu a partir de 1945, foi o modelo ou padrão de acumulação que tinha como base um processo de produção em massa, dirigido a um público consumidor passivo e ávido de consumo; rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores; trabalho parcelar fragmentado e a constituição da figura do operário massa.

Associado ao princípio taylorista, o qual sintetizava os fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre os trabalhadores, o fordismo tratava da gestão da força de trabalho e da racionalização da produção.

Além disso, tal modelo tinha como padrão de gestão da força de trabalho um forte autoritarismo gerencial que, por sua vez, era caracterizado por tarefas simples, rotineiras e especializadas previamente; possuía, também, extensiva mão-de-obra semiqualficada, submetida a alta rotatividade, a qual disciplinava a força de trabalho e continha os custos salariais.

A distribuição da riqueza era feita mediante acordos coletivos nos quais Capital e Trabalho visavam elevar ao máximo a produtividade e a intensidade do trabalho em troca de salários e lucros crescentes. Para garantir o cumprimento de tais acordos, fazia-se necessária a presença mediadora do Estado, cuja legitimação era assegurada, por um lado, mediante uma política de subsídios à acumulação de capital, e, por outro, através de uma política de bem-estar social, fundada em medidas compensatórias, tais como: seguro-desemprego, transporte subsidiado, educação e saúde gratuitas, dentre outras metas Keynesianas do “pleno emprego”.

Durante algum tempo, o capital apoiou-se nos ideólogos do liberalismo clássico, no qual o Estado, como já se assinalou, tinha a função de assegurar a ordem do capital. Após a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se ao declínio do discurso liberal e à conjugação do chamado Welfare State com o grande capital

monopolista no esforço da implantação do modelo fordista de produção na Europa. Com isso, a relação entre Estado e burguesia adquire novos rumos e a intervenção estatal, nesse período, muda funcional e estruturalmente, para o crescimento dos ganhos do capital. O Welfare State constituiu-se em parte da Europa Ocidental e assumiu funções econômicas e políticas das mais variadas formas, ligadas organicamente.

Do ponto de vista econômico, o Estado assume funções diretas e indiretas; nas primeiras, ele configura-se como um empresário nos setores não rentáveis da produção, assume empresas capitalistas em declínio, entrega aos monopólios os complexos produtivos construídos com recursos públicos, subsidia imediatamente os monopólios e lhes garante explicitamente os lucros.

Em relação às funções indiretas, o Estado realiza uma espécie de encomenda/compra aos grupos monopolistas como parte dos subsídios indiretos para os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura. Além disso, garante a formação da força de trabalho requerida pelos monopólios e outros aspectos afins.

Soma-se também a esses fatores, a intervenção mais expressiva do Estado em 1945 e 1973 que se encontra no terreno estratégico de planejamento, com planos de desenvolvimento econômico a médio e a longo prazo.

No tocante a suas funções políticas, o Estado garante ao capital monopolista a reprodução da força de trabalho para que esta possa gerar mais-valia e, ao mesmo tempo, garantir a permanência dos níveis de consumo demandados pela ordem monopolística.

Nesse processo, vê-se que, com o chamado “casamento” do keynesianismo e do fordismo, o capital realiza a máxima extração de mais-valia, sob a forma da mais-valia relativa. A mais-valia extraída, para realizar-se, necessita de circulação e, logo, de mercados que escoem as mercadorias produzidas. A fase do capitalismo monopolista, conforme algumas leituras feitas traz tal demanda: é preciso o máximo de mercado consumidor para superprodução/supercapitalização correntes. Contudo, a própria dinâmica da ordem monopolística impossibilita a facilidade para tal escoamento.

Com isso, os que clamavam pela chamada “crise da modernidade”, nada mais fazem do que fetichizar a crise global do capital na sociedade contemporânea.

A primeira crise, a saber, das décadas de 20 e 30, realizou o arranjo entre Estado e Capital como via de sua superação. No entanto, pouco menos de três décadas depois, já não era mais possível garantir ao capital os superlucros do período dos “trinta anos gloriosos”, pois para o capital, a crise já estava estampada com o modelo de produção e Estado construídos. O capital entra em nova crise a partir das décadas de 60/70, o que foi denominado, segundo Netto, (1996) parafraseando Mandeí, de “ondas largas recessivas”.

O que se verifica é que, no decorrer dos “trinta anos gloriosos”, a expansão capitalista mundial constituiu uma série de contradições, que tenderam a implodir a “idade do ouro” e cujas fissuras já se anunciavam na última metade dos anos 60.

No final desses anos e início da década de 70 ficou explícita a incapacidade do fordismo e do keynesianismo em superar as contradições postas pelo capitalismo naquele momento. Em 1973 há um aguçamento da crise fiscal e de legitimação do Estado. Tudo isso, aprofundado com a crise do petróleo, que pôs em xeque a lógica vigente da produção em massa, impondo a necessidade da reestruturação econômica e o reajustamento social e político, tendo como elemento central o controle e a cooptação dos sindicatos, até mesmo a destruição dos mais combativos, assim como o ataque aos direitos sociais dos trabalhadores. Naquela época, já se constatava a expansão da capacidade ociosa de produção da indústria e a erosão da taxa média de lucros dos conglomerados transnacionais. A produtividade do trabalho já demonstrava uma desaceleração nas principais economias capitalistas.

Na década de 80, os países de capitalismo avançado passaram um dos momentos mais difíceis na história do mundo do trabalho. Ela foi marcada pela crise que atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora e o plano da subjetividade, produzindo metamorfoses agudas desde o processo de trabalho, até o processo de produção do capital.

Essa crise levou a classe trabalhadora a vivenciar a sua mais aguda crise, a qual alterou a sua forma de ser e afetou intensamente os seus organismos de representação, como os partidos e os sindicatos. A crise dos sindicatos, perceptível até hoje em escala mundial, e a crise dos partidos, especialmente os de esquerda, com vínculos nas classes trabalhadoras, são suas expressões fortes.

A década de 80 foi também uma década de grande salto tecnológico, quando a robótica, a automação e a microeletrônica invadiram o mercado e repercutiram nas relações de trabalho e de produção de capital. Nestas alturas, o fordismo e a lógica taylorista de organizações de trabalho deixam de ser único modelo dominante no processo e mesclam-se com outros processos produtivos como: neofordismo, neotaylorismo, pós fordismo, dentre outros.

A necessidade de superação da crise do padrão keynesiano já estava fincada nas raízes de tal processo; por isso, passou-se a exigir um padrão de acumulação flexível, que fosse capaz de garantir a competitividade, sendo, portanto, necessário munir-se de tais bases tecnológicas e de um mercado de trabalho flexível, capaz de adaptar-se às mudanças e exigências desse novo padrão de acumulação capitalista.

Teixeira (1996, p. 79) acrescenta que:

Foi nessa tentativa de superar o impasse do lucro que a política econômica sofreu a 'virada' neoliberal, tendo a perspectiva de criar as condições para a reestruturação capitalista global. Assim, podemos dizer que os condicionantes tecnológicos, tidos como 'inevitáveis' e adotados de uma 'objetividade pura e natural', são produzidos pelo sistema como tentativa de recuperar o controle do capital sobre o trabalho, tanto na esfera da produção simbólica como no campo da materialidade do chão de fábrica.

Assim nasce o Toyotismo, que se constitui um novo padrão de produção capitalista, oriundo de experiência japonesa baseada na produção flexível e integrada, obedecendo aos novos requisitos de competitividade acirrados no mercado, sendo necessário introduzir novos padrões de uso de força de trabalho, que seja polivalente e altamente qualificado. Esse novo modelo surge como uma resposta à crise fordista dos anos 70, pois nele, ao invés de haver um trabalho desqualificado, entra em cena a polivalência; a linha individualizada abre espaço para o trabalho em equipe e, em vez da produção em massa, concretiza-se a fabricação de elementos destinados à satisfação.

Segundo Antunes (1998, p. 33), a substituição do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida como um novo modo de organização societária, livre das mazelas do sistema produtivo; não deve ser nem mesmo concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista taylorista. Coloca-se o toyotismo como um padrão de produção que tem seus princípios fundados no fordismo e com alguns elementos singulares, dados pela própria diminuição das hierarquias, pela

redução do desportismo fabril, pela maior “participação” do trabalhador na concepção do processo produtivo.

Harvey (apud ANTUNES, 1998, p. 34) enfoca que essa fase da produção é “[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo.” Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos, em regiões até então subdesenvolvidas.

Nesse contexto, o que realmente se pode afirmar é que “esse é o modelo que maior impacto tem causado desde a revolução técnica que operou na indústria, até a sua potencialidade de propagação em vários setores da economia” (ANTUNES, 1998, p. 34) — Comércio, Construção Civil e Setor de Serviços — demonstrando que hoje ele atinge uma escala mundial que vai da Itália aos Estados Unidos, do Japão à América Latina, configurando dessa forma a chamada Globalização.

Importa também frisar, que durante o modelo toyotista, no decorrer de sua processualidade, a polivalência, que está voltada para atender as exigências mais individualizadas de mercado no melhor tempo e com melhor “qualidade”, é uma de suas características mais fundamentais. Coriat (apudAntunes, 1998) fala em desespecialização e polivalência dos operários profissionais e qualificados, transformados em trabalhadores multifuncionais. Do mesmo modo, o trabalho passou a ser realizado em equipe e também com a ajuda das empresas subcontratadas, as chamadas “terceiras”.

Fica evidenciado que este é um processo de “organização” do trabalho fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível do trabalho, numa produção integrada e que supõe, necessariamente o envolvimento do trabalho, acarretando estranhamento do trabalhador, sua “alienação do trabalho”, que se torna menos despótica e mais manipulatória. Nas palavras de lamamoto

(1999, p. 32) “o trabalhador deixa de ser um trabalhador ‘especializado’, sendo solicitado para exercer múltiplas tarefas até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições.”

No entanto, não se pode deixar de destacar que nem tudo veio de forma rápida para a concretização do toyotismo no mundo, pois muitas greves foram travadas contra a implantação do novo modelo, partindo de frentes que não acreditavam nele. Todavia, dentro dessa nova contextualidade, deu-se a primeira derrota do sindicalismo combativo, aquele sindicato que luta com a classe trabalhadora pela implementação de seus direitos. Por encontrar-se enfraquecido, esse modelo de sindicato aos poucos ia se dissolvendo e sendo substituído por outro, cujo “espírito era toyotista”, o que só veio dar margem ao fortalecimento do capitalismo de um modo geral.

Desse modo, o balanço que se pode fazer do sindicalismo da década de 80 não é construtivo, pois ele saiu derrotado e, juntamente com ele, houve aumento considerável do desemprego, diminuição de taxas de sindicalização, dentre outros fatores, o que só deixa claro que o sindicalismo optou por uma “ação participativa” que tem contabilizado poucas vitórias e muitas derrotas.

Contudo, o que se pode dizer do modelo toyotista é que ele intensifica a exploração de trabalho, ou melhor, concretiza aquilo que há muito tempo já vinha se propagando e esperava apenas o momento certo para mostrar suas forças. Desse modo, o mundo capitalista se transformou, e Kanban, just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ (Círculos de Controle de Qualidade), controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente. Isto se deve ao fato de que esse processo de transição do fordismo para a acumulação flexível é contínuo e descontínuo ao mesmo tempo; a emergência de novos elementos combinam-se com os antigos.

É por conta disso que Antunes (1998, p. 28) destaca:

O toyotismo estrutura-se juntamente com a desestruturação da camada de trabalho, a qual visando cumprir as exigências de mercado e garantia do emprego submete-se a horas extras, trabalhos temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado.

Autores, como Coriat (apud ANTUNES, 1998, p. 31), acreditavam na positividade que o toyotismo acarretava na sociedade e, com isso, afirmam que se

as lições japonesas são copiadas em todas as partes do mundo, é porque correspondem à fase atual de um capitalismo que se caracteriza pelo crescimento da concorrência, pela diferenciação e pela qualidade, condições originais da constituição de tal modelo. Ou seja, o que o autor enfatiza é que “nem tudo pode ser visto apenas sob aspectos negativos e que não se deve pensar ao contrário do modelo japonês; sua proposição vai no sentido de incorporar, sob uma variante socialdemocrática, toda a democracia nas relações de trabalho, fundada então em bases renovadas e muito mais sólidas e dinâmicas, pois poderá conseguir conjugar eficácia econômica e equidade.”

Tais formulações inserem-se na busca de uma saída para a atual crise do capitalismo, visualizando em seu interior uma nova forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre Capital, Trabalho e Estado. Concepção esta que se sustenta, portanto, na convivência e na colaboração entre as classes sociais, relação concebida como cooperativa. Isso supõe, evidentemente, a incorporação e a aceitação, por parte dos trabalhadores, da política concorrencial e de competitividade, formulada pelo capital, que passa a fornecer o ideário dos trabalhadores.

Todavia Antunes (1998) aponta, e concorda-se com ele, que a introdução e expansão do toyotismo tenderão a enfraquecer o pouco que restou do Welfare State, uma vez que o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrática.

A consequência mais evidente, nesse contexto, é o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital, à medida que se adota e se postula uma ótica de mercado, de produtividade, de empresa, não se levando em conta a questão do desemprego estrutural, exemplo mais concreto, que atualmente vem se propagando por todo o mundo.

Esse desemprego vem causando maior impacto na ordem mundializada e globalizada do capital. Muitas profissões que simplesmente desapareceram com o avanço tecnológico ou foram brutalmente extintas; profissionais estão fora do mercado de trabalho e fazem parte desse contingente que hoje engloba o desemprego estrutural, passando automaticamente a ficar fora do processo produtivo formal.

Associado a isto, o que vem se percebendo é a constante desestruturação dos postos de trabalho, principalmente os intermediários, que não mais voltarão a ser criados. E, conseqüentemente, há uma flexibilidade dos postos restantes, que polarizam os bons e os maus empregos. Àqueles serão destinados os trabalhos que preenchem melhor as novas exigências de mercado e que têm a capacidade de crescer dentro da empresa; a estes destinam-se os menos qualificados.

Sobre esse contexto caracteriza-se a Reestruturação Produtiva, que impõe mudanças e aperfeiçoamento no modo de produção e na organização do trabalho, necessitando, ainda, de um processo de adequação das políticas econômicas e sociais.

Assim, em função desse reordenamento produtivo, os países capitalistas, desenvolvidos e subdesenvolvidos adotaram a política econômica de origem neoliberal que permite maior abertura comercial (livre concorrência), privatizações e flexibilizações das relações trabalhistas, sendo que esses fatores culminaram na redução do Estado (Estado Mínimo).

Vive-se hoje uma Terceira Revolução Industrial, acompanhada de profundas transformações mundiais e, nesse contexto, os principais perdedores são os trabalhadores, com muito capital específico e pouco capital humano geral; sofrem não só com o desemprego, mas também com a deteriorização da qualidade e do rendimento do trabalho.

A causa principal desse fenômeno é a depreciação acelerada e, até mesmo, irreversível de seu capital humano, diminuindo, assim, a probabilidade e/ou piorando a qualidade de sua reinserção no mercado de trabalho ou em atividades relacionadas ao auto-emprego. Dir-se-ia, mais especificamente, que ao aumentar a lucratividade do sistema capitalista, os trabalhadores vão perdendo sua identidade e seu espírito de liderança, entregando sua força-de-trabalho para que o capitalista dela se aproprie.

Verifica-se, ainda, que o capital reestruturado, sob dominância financeira reverteu o realinhamento de sua relação com o trabalho e golpeou o trabalho organizado, que, na defensiva, sofre mutações e perde parte do seu poder político e de representação, pois os sindicatos também enfraqueceram.

Todas essas transformações apresentam-se diferenciadas nos diversos países capitalistas avançados. No entanto, em alguns aspectos são comuns, pois elas não só afetaram e alteraram o processo produtivo de um modo geral, como também o trabalho, de forma direta e indireta. Com isso, surgiram formas mais restritas de relações de trabalho e acentuaram-se ainda mais as características de exclusão econômica e social.

Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço porque não têm mais lugar no mercado de trabalho (IAMAMOTO, 1999, p. 33). Segundo os estudos feitos e analisados, essas alterações afetam o conjunto do mundo do trabalho, suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.

Considera-se tudo isso como sendo fruto de uma processualidade múltipla, desenfreada e, certas vezes, desigual, pois há uma significativa heterogeneização, no universo do mundo do trabalho expressa através do trabalho feminino. Como a consciência de classe é uma articulação complexa entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre indivíduos e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classes e gêneros tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe que vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, e também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada.

Concomitantemente a esse quadro, está presente uma subproletarização de precarização do trabalho, que se expressa através do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado (vinculado à “economia informal”). Há, também, o assalariamento do setor de serviços, e a redução ou exclusão de jovens e velhos do mercado de trabalho. Há, portanto, um conjunto de mudanças que afetam a classe trabalhadora. Tudo o que se está apontando só vem a criar uma classe trabalhadora mais fragmentada, sem forças para enfrentar as questões impostas pelo sistema capitalista e, assim, o desafio da revolução do trabalho, no final do século XX e até o começo do XXI; um desafio mais ousado e mais difícil.

O campo de trabalho, atualmente vem se distanciando cada vez mais de adquirir uma postura igualitária, inovadora e satisfatória para o trabalhador, pois no

dizer de Antunes (1998, p. 15): “a classe que vive-do-trabalho sofreu a mais profunda repercussão na sua subjetividade, e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis afetou sua forma de ser.”.

Com a implantação de altas tecnologias e da robótica, as empresas optam pelo enxugamento do quadro de seu pessoal. Dessa forma, o mercado de trabalho absorve apenas aquele profissional que corresponde às suas necessidades, enquadrando-se num novo perfil exigido, no qual a mão-de-obra somente é utilizada até que se consiga solucionar uma grande demanda oriunda da necessidade do mercado, sendo que essa mão-de-obra é, geralmente, temporária.

Tais tendências caminham em direção à tese da inevitável desqualificação da força de trabalho no capitalismo; acrescenta-se ainda, desrespeito ao trabalhador, resultante da compulsão patronal em assegurar o controle dos trabalhadores, sob a orientação dos métodos tayloristas.

Analisar o mercado de trabalho requer firmeza, certeza e segurança, pois muitas controvérsias existem. Há autores, por exemplo, que analisam a situação do mercado atual, apontando uma espécie de “hibridismo” como resposta à crise e ao esgotamento do padrão de desenvolvimento. Para outros, os desdobramentos seriam o neotaylorismo (retorno às formas pré-fordistas) e o envolvimento coletivamente negociado que seria o comprometimento da força de trabalho na luta pela qualidade, produtividade e melhoria das novas tecnologias (tudo pelo capital) em troca de garantias sociais e da repartição dos ganhos de produtividade.

Mattoso (1995, p. 74) afirma que:

Se por um lado o capitalismo pode revolucionar as forças produtivas e impor mudanças nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, movendo-se em terreno definido por condições produtivas e tecnológicas, não é menos verdadeiro que, por outro lado, este processo pode dirigir-se através de caminhos insuspeitos e que são regidos por circunstâncias históricas, aonde tem peso significativo não somente ‘movimento espontâneo’, mas sobretudo, o vigor e a habilidade das forças sociais e se constituir enquanto tais e definir aliados em torno de projetos de sociedade ou até mesmo de civilização.

Compreende-se, que o sistema vigente não tem interesse algum em formar uma realidade diferente da atual, direcionada ao trabalhador. Tem, sim, a intenção de enquadrar o trabalhador às suas reais imposições, seja na esfera da produção, com o aumento das taxas de lucro oriundas das inovações tecnológicas, das formas de produção e consumo, na esfera da circulação com as concorrências

acirradas entre as firmas, levando o trabalhador a dedicar-se exclusivamente ao processo produtivo de forma qualitativa; ou seja, na esfera sócio-política e institucional, que é a concretização do enquadramento, de forma consciente, do trabalhador às mudanças requeridas.

Nesse novo contexto de precarização do trabalho em função da ordem do mercado, sugere que atualmente o trabalhador perdeu sua identidade, seus direitos e, ao se opor ao sistema vigente, torna-se desempregado, marginalizado ou trabalha sob novas formas de trabalho, muitas vezes precárias e não padronizadas.

Tudo isso causou e ainda causa, de forma direta, certa insegurança no trabalho, a qual se expressa em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação do trabalho como já foi apontada.

Quando se diz que há insegurança no mercado de trabalho procura-se ser bem objetivo, ou seja, vê-se que esta é concebida como a própria insegurança de se pertencer ou não ao mercado de trabalho, isto é bem instigante, mas é fruto da ruptura do compromisso keynesiano e da não priorização do pleno emprego.

A insegurança no emprego está presente tanto em países avançados quanto nos não avançados; principalmente nestes, onde a insegurança tem como fundamento a facilidade da demissão ou como preferem dizer os capitalistas, “cortes de custos do trabalho” ou “redução de pessoal”.

Complementando ainda este contexto, a insegurança na renda teve por eixo a negociação coletiva, amplamente centralizada na formação dos salários. Esta tem por base a indexação, a inflação e o repasse — integral ou parcial — da produtividade. Com o constante aumento dos pagamentos sociais e fiscais de responsabilidade das empresas, ampliou-se a participação dos salários e reduziu-se a participação dos lucros e na renda nacional.

Todavia, na década de 80, inverte-se esta tendência. O objetivo geral sob a ofensiva do capital reestruturado foi permitir a flutuação dos salários, considerados demasiado rígidos.

Segundo Mattoso, 1995, p. 97:

[...] descentralizou-se a determinação dos salários, desgastou-se a contratação coletiva e introduziram-se sistemas flexíveis de pagamento, muitas vezes feitos por contratos. Os gastos sociais e fiscais das empresas estagnaram-se ou reduziram-se, ao mesmo tempo em que se alteraram os

parâmetros de indexação e reduziram-se os repasses da elevação da produtividade aos salários.

As conclusões que se podem tirar é que a distribuição de renda entre Capital e Trabalho modificou-se, ampliando a concentração da renda e a pobreza. Isso também contribuiu para alargamento da crise econômica e ampliação das incertezas econômicas internacionais, fato este observável em ambos os lados do Atlântico Norte, onde esta nova pobreza é cada vez mais visível e está atrelada às transformações estruturais ocorridas durante a chamada modernização conservadora no mercado de trabalho.

Em relação à insegurança na contratação do trabalho, esta efetivou-se através do movimento tendencial da negociação e da regulação do trabalho, percorrendo caminhos não muito coletivos, mas tendentes a formas individualizadas e promocionais. Durante os anos dourados, o processo de contratação não se firmava em contratos determinados; o trabalhador exercia a sua atividade até quando se julgasse necessário. No entanto, segundo MATTOSO (1995, p. 100):

Nos anos 80, em meio à reestruturação do capital, a maioria dos países capitalistas avançados ou não, inverteram esse quadro e o que hoje podemos observar é uma renúncia ao sistema de relação de trabalho, mesmo que de forma direta — Patrão e Empregado — que se consolidará com o padrão de desenvolvimento norte-americano e tenderam a exercer unilateralmente seu papel dominante, através de políticas ativas de recursos humanos.

Nesse contexto, houve um enfraquecimento das relações de trabalho, o que acabou por favorecer a expansão do dualismo do mercado de trabalho e da segmentação de trabalho. Determinadas formas de trabalho passaram a ser a base do sistema capitalista e as relações de trabalho emergiam sem contrato. Isto tudo só veio a favorecer o aparecimento das chamadas “premiações” por trabalho de qualidade, acarretando a redução da participação salarial e o aparecimento das formas individualizadas de contratação.

Dessa forma, compreende-se que a base é a necessidade de alternativas de controle à descentralização e complementam-se a esta análise as palavras de Mattoso (1995, p. 101) quando este parafraseia Coriat:

As tentativas realizadas na década de 80 nos EUA apontam para um tipo de negociação coletiva que privilegiaria a ‘flexibilidade externa’, aqui entendida

pelo maior peso dos ajustes e instabilidade jogados sobre as costas dos trabalhadores.

No entanto, na grande maioria dos países capitalistas avançados, a reestruturação produtiva cujo domínio é do capital, criou uma nova realidade na década de 80 e apontou para um problema crescente: a negociação coletiva encontrou-se frente ao desafio da ampliação da insegurança no trabalho, da expansão de “novas formas de trabalho” e, conseqüentemente, sob risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho e/ou de sua manutenção restrita aos trabalhadores permanentes em um quadro geral de maior dualidade, onde cresceriam mais rapidamente relações de emprego débeis, enfraquecidas e incompletas.

Esta era e ainda é uma questão muito visível no mercado de trabalho, pois muitas vezes os trabalhadores negociam, ou melhor, aceitam uma forma de trabalho como maneira de garantir uma estabilidade, mesmo que esta aconteça fora dos padrões regidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Além do que, isto só vem a acarretar uma certa insegurança no próprio trabalho, resultante, também, da fragmentação e desestruturação do mundo do trabalho que reflete as questões oriundas da Terceira Revolução Industrial, como fora reconhecido esse período.

Considere-se, ainda, que os problemas atualmente enfrentados pelos trabalhadores são também frutos da fragilidade e da redução sindical, o que só vem a apontar para as reduções do ritmo de expansão do emprego no setor público, o declínio ainda maior da participação do emprego no setor industrial, ampliação do emprego nos setores financeiros, de serviços às empresas e pessoais, e a manutenção de elevadas taxas de desemprego.

Há uma verdadeira “síndrome de insegurança no trabalho” relacionada a uma perda clara de perspectiva de futuro para o trabalhador e para a sua própria forma de trabalho.

Independente de tudo que se analisa, tem-se que a Terceira Revolução Industrial destruiu o antigo padrão de desenvolvimento e colocou novos problemas em processamento cujas questões ainda continuam sem respostas.

Valores, concepções e ideários são moldados por manipulação que penetram em milhões de consciências e tem como finalidade mascarar a enorme dimensão da crise contemporânea através do neoliberalismo que é agora a forma de regulação sócio-política dos Estados e vem utilizando seu discurso para fazer com

que o trabalhador passe a aderir às novas formas, fazendo com que produza mais, utilizando todo o seu potencial.

Todo esse aparato de transformações é ainda baseado nas relações de exclusão social, pois além de gerar desemprego estrutural e subemprego, proporciona apropriação de liberdade, que gera tensão e tormentos nas formas de trabalho, enfraquecendo as lutas para superação desse modelo vigente.

Cardozo parafraseando Gramsci (1998, p. 387) diz que:

O aumento da exclusão social em todo o mundo está levando—nos a um retrocesso de tal forma que parece estar-se voltando a algumas condições já vivenciadas pelo capitalismo, com sistema de tarefas domiciliares, subcontratação, comércio ambulante, e com a pulverização incrível da venda de mercadoria entre os desempregados que circulam pelas ruas.

Desse modo, a falta de respostas e a impulsão de ordem constituem o mais puro e real retrato de uma sociedade desestruturada econômica e socialmente, o que favorece uma enxurrada de crises e o enfraquecimento de forças capazes de enfrentá-las.

Enfim, sem uma hegemonia para a protagonização de projetos nacionais e internacionais de transformação e sem uma rediscussão de alternativas, essas questões que envolvem a nova ordem vigente dificilmente se reposicionarão com forças necessárias para fazer frente aos desafios que a história continua a processar.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1. Quais as principais diferenças entre o Fordismo e o Toyotismo?

2. Qual foi a crise vivenciada na década de 80 pelos países capitalistas?

1.3 O debate sobre o trabalho na contemporaneidade.

A partir do trabalho, o homem tornou-se capaz de criar novas formas de interação com a natureza, as quais permitiram o desenvolvimento amplo do gênero humano, estendendo-se às formas de organização social, sempre alicerçadas na organização do trabalho e da produção social, conforme entendimento de Engels.

Com a consolidação do sistema capitalista, como modo de produção, essa noção de centralidade do trabalho na sociabilidade humana desvendado sob a ótica de exploração dentro de uma sociedade de classe foi objeto de vasta produção teórica e política, impulsionando grandes transformações e revoluções sociais a partir de meados do século XIX.

Dentro do processo histórico, inúmeros abusos foram cometidos no mundo do trabalho e impulsionaram a luta social pelo reconhecimento de direitos mínimos da dignidade humana, e com base no desenvolvimento de ideários novos de organização social do trabalho, instaurou-se, no campo ideológico, uma grande disputa no seio da sociedade burguesa.

Assim, grande parte da história do século XX encerrou a disputa entre concepções diversas no que tange à organização social do trabalho, e o mundo dividiu-se geopoliticamente na afirmação dessa disputa, com consequências como a Guerra Fria, a Crise do Petróleo etc.

Para compreendermos a categoria trabalho na contemporaneidade, recuperamos em Marx (1979) sua dupla dimensão: enquanto trabalho abstrato e trabalho concreto. Isto implica afirmar que o trabalho é, ao mesmo tempo, dispêndio de força humana de trabalho, sob a forma especial para um determinado fim que, através do trabalho concreto, ou seja, do trabalho humano comum a todas as sociedades, cria valores socialmente úteis (valores de uso). E é trabalho abstrato, enquanto trabalho determinado historicamente pelas relações sociais capitalistas, que adquire a forma de trabalho alienado, fetichizado configurado historicamente pelo trabalho assalariado.

Cabe lembrar que, tendo como base o princípio da economia política, o trabalho é expressão negativa, definida como labor, visto que é uma relação historicamente determinada, expressa na sociedade fundada sobre a propriedade

privada dos meios de produção. E é, ao mesmo tempo, expressão positiva, definida como work, enquanto atividade inerente à vida humana.

O trabalho, que é a própria utilização da força de trabalho, torna-se uma mercadoria, reduzida a trabalho alienado, enquanto resultado histórico da divisão social da lógica do modo de produção capitalista. Esta relação que constitui o trabalho assalariado, entre outros elementos, faz com que o trabalhador seja envolvido por relações sociais que os separam cada vez mais de si mesmo, de sua atividade. Esse processo contribui para distanciar o trabalhador do resultado do seu trabalho, ou seja, das relações que o identificam como ser do gênero humano, capaz de pensar.

O que se quer afirmar é que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho abstrato assume um caráter de alienação e distanciamento do homem de sua própria essência. Como se esse caráter fosse algo naturalmente determinado nas sociedades contemporâneas. Assim,

“À medida que cresce a força produtiva do trabalho social, cresce a riqueza que domina o trabalhador como capital e cresce sua pobreza, indigência e sujeição subjetiva. Resulta na reprodução das contradições de classes – e dos conflitos a ela inerentes – e da consciência alienada que viabiliza essa reprodução” (Iamamoto, 2006: 79).

No mundo contemporâneo há uma intensificação desse processo de alienação. Pois o trabalho abstrato, tipicamente marcado pelo trabalho assalariado, modifica-se em sua forma original – não mais como trabalho assalariado regulamentado e protegido. Passa a se constituir de forma mais precária, sem garantias de proteção social para a maioria dos trabalhadores. Portanto, a redução do trabalho abstrato, historicamente definido pelo trabalho assalariado, não implica a sua extinção.

O que se identifica é que hoje *“a nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação de maneira sem precedentes para os assalariados”* (Vasapollo, 2005: 27). O trabalho abstrato aparece travestido de novas modalidades, mas permanece central para a própria existência do atual modelo econômico que, diante da crise de acumulação capitalista, cria alguns instrumentos para sua superação, dentre eles a própria flexibilização do trabalho.

O trabalho concreto, enquanto essência da atividade humana, nunca deixará de existir, visto que é atividade racional, orientada para a finalidade de produzir valores-de-uso para suprir necessidades humanas. Por isso, independentemente de qualquer estrutura social, o trabalho concreto é determinante na produção de valor-de-uso, visto que o homem produz, necessariamente, para atender necessidades da própria existência humana. Para Marx:

“O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (64: 1999).

Na lógica das relações sociais capitalistas, trabalho concreto e trabalho abstrato se desenvolvem de forma indissociável. Pois de que vale pensar, na sociedade capitalista, o trabalho que produz valores-de-uso (trabalho concreto), se ele não estiver associado à produção de valores-de-troca (trabalho abstrato)?

Reconhece-se a categoria trabalho sob dois aspectos: work e labor. Sob essa ótica, o trabalho é compreendido como dois momentos distintos, mas que pertencem a um único processo. Isto implica compreender que o trabalho, enquanto desenvolvimento do conjunto da humanidade é atividade inerente à condição humana (work). Mas também é sinônimo de trabalho alienado, fetichizado, execução da vida cotidiana (labor).

Portanto, o trabalho é marcado por um processo dialético, que não podemos reduzir a um ou outro aspecto. Em outros termos, isso implica entender o trabalho a partir das suas contradições.

Dessa forma, ainda que na sociedade contemporânea as relações sociais sejam determinadas pela lógica capitalista, em que prevalece a produção de riquezas para o capital, mesmo que à custa da redução do emprego e da pobreza generalizada das classes subalternizadas, é preciso ter clareza de que o trabalho não se reduz à mera ocupação. Pois não podemos desconsiderar que o trabalho implica resultado consciente da ação do homem sobre a realidade.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1. A concepção de Serviço Social como trabalho está ainda em construção no interior do debate profissional e apresenta controvérsias. Assinale a opção que indica a concepção definida por Yamamoto:

- a) Um trabalho especializado que interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítico ou ideológica dos indivíduos.
- b) Um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos, interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos.
- c) Um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços que interfere na reprodução sociopolítica dos indivíduos.
- d) Um trabalho especializado, que tem produtos, uma vez que repassa benefícios sociais necessários à reprodução material da força de trabalho.

2. De que forma Marx define o trabalho abstrato e o trabalho concreto?

1.4 Uma análise do Serviço Social no contexto da categoria trabalho

As profundas transformações que atravessam o mundo contemporâneo estão a exigir um repensar do Serviço Social, à medida que vem alterando o mercado e as condições do trabalho profissional, redimensionando as funções tradicionalmente atribuídas ao assistente social, qualificações necessárias ao exercício profissional. Enfim, vem introduzindo mudanças significativas na divisão social e técnica do trabalho, atingindo o Serviço Social como uma das especializações do trabalho na sociedade.

As respostas à crise do padrão de desenvolvimento econômico do pós-guerra, consubstanciadas na reestruturação produtiva em um contexto da globalização mundial e do acirramento da competitividade intercapitalista, vem provocando profundas transformações no mundo do trabalho. A estas alia-se a reforma do Estado segundo os preceitos da política neoliberal, que vem redundando em um redirecionamento dos recursos públicos, no favorecimento dos grandes oligopólios, em detrimento das condições de vida dos setores majoritários da população.

Verifica-se uma ampla retração dos investimentos públicos nas áreas de seguridade social (saúde, previdência e assistência), nas políticas salarial e de emprego, afetando conquistas já consolidadas no âmbito dos direitos sociais e trabalhistas. Reforçam-se, em contrapartida, os princípios corporativistas na relação do Estado com a sociedade civil, com ampla repercussão nas formas de produção e distribuição dos serviços sociais.

Progressivamente, afirma-se uma clara tendência que aponta para a privatização, a focalização e a descentralização no âmbito do planejamento e da efetivação das políticas sociais. Expandem-se as parcerias entre as esferas públicas e privadas, em nome da viabilização dos serviços sociais de qualidade. São introduzidas clivagens de seletividade no seu acesso por parte da população trabalhadora, incluída ou não no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, as políticas econômicas neoliberais agravam e diversificam as desigualdades sociais, atribuindo um perfil mais perverso à “questão social”, base fundante do trabalho profissional.

O Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação condições habitacionais e outras. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população. Então não resta dúvida de que o Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como movimento da produção na sua continuidade.

O Serviço Social tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem uma objetividade que não é material, mas é social. Ele se expressa em suas múltiplas determinações.

É um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos em torno de interesses de classe fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social.

Assim, nessa quadra histórica, novos requerimentos teóricos-metodológicos e ético-políticos se apresentam ao Serviço Social, na busca da consolidação teórico-prática de um projeto profissional radicalmente comprometido com os valores democráticos, com a defesa da esfera pública e com a construção de uma nova cidadania na vida social, no horizonte da realização dos compromissos estabelecidos no Código de Ética do Serviço Social, fundados em valores humanistas da igualdade, da liberdade e da justiça social.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1. O processo de trabalho do Assistente Social é desenvolvido em instituições concretas como uma resposta a diferentes demandas. Em relação a essa prática pode-se afirmar:

- a) que se peculiariza pelo seu caráter de neutralidade.
- b) que se operacionaliza através de normas, procedimentos técnicos.
- c) que seu resultado concreto tem base material e produz mais-valia.
- d) que visa à plena integração do indivíduo ao sistema social.
- e) todas as opções estão corretas.

2. De que forma o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho?

AVALIAÇÃO PROCESSUAL

1. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Karl Marx (1993) afirma que:

“O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão.” Faça um comentário a respeito desta afirmativa.

CAPITULO 2 FUNDAMENTOS PARA O DEBATE OPERACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Unidade 2.1 A intervenção do Serviço Social na crítica ao modelo sistêmico

No Serviço Social ele é um modelo em que o Trabalhador Social tenta promover a mudança, não de uma forma pura e simplesmente assistencialista ou linear, mas de uma forma integradora e circular, onde é envolvida toda a componente socioeconômica, psicológica, cultural, familiar e interpessoal do usuário.

O modelo sistêmico é um sistema de interação global, de todos os aspectos e interdependência da vida do usuário, não sendo por acaso que algumas instituições de solidariedade social, os profissionais de Serviço Social o utilizam como a sua própria práxis profissional. Em outras palavras, trata-se de um Serviço Social Moderno voltado para uma metodologia epistemológica, rompendo com o assistencialismo e consolidado aos valores de uma Ação Social baseada no estudo científico e no rigor da sua ação humanista e integradora.

A importância de criar um corpo sistemático de práticas, que visam compreender a realidade dos problemas do sistema cliente, das circunstâncias sociais envolventes, visando também a teorização, que uma vez posta em prática é analisada de forma crítica com o objetivo de corrigir e redefinir métodos para uma nova teorização atualizada.

UNIDADE 2.2 A inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho.

O Serviço Social é entendido como uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade, além do que considera-se fundamentalmente para sua construção os sujeitos que incorporam modos de pensar e agir, sistematizando sua prática frente à questão social.

Nesse sentido, pode-se falar primeiramente que a questão social se constitui como um dos principais determinantes na constituição do Serviço Social, uma vez que, se estabelece como base fundante para o exercício profissional do Assistente Social.

Podemos perceber isso no decorrer histórico sobre os demais determinantes do Serviço Social como a abordagem teórico e técnica, valores éticos-sociais dos assistentes sociais, marcado fortemente pela tradição católica oriundas das origens da profissão, visando a adaptação do indivíduo ao sistema vigente e atenuação dos problemas sociais. Mas, se antes o Serviço Social tinha sua origem vinculada ao movimento católico, sua legitimação e institucionalização ocorreu pela atuação do Estado, com a implementação de instituições para responder as pressões do proletariado urbano mediante as questões sociais, via políticas sociais.

Nesse foco, não resta dúvida que o Assistente Social é o profissional que trabalha com as políticas sociais de corte público ou privado, e que as mesmas se constituem também como um dos determinantes fundamentais da profissão no âmbito das relações entre as classes e o Estado.

Contudo retomando a leitura sobre o Serviço Social tradicional com a sociedade, sabemos que este se identificou com a introdução da metodologia do Serviço Social europeu e norte-americano. Tal metodologia foi o fator desencadeante para a emergência do Movimento de Reconceituação (dec. De 60-70) na América Latina em razão da inadequação do preparo profissional para responder aos problemas concretos da realidade social latino-americana, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão.

E configurando tal movimento no Brasil, é contextualizado num momento histórico ditatorial, se opondo decisivamente ao conservadorismo que ainda se fazia presente no meio profissional do Serviço Social. Nesse sentido, tende a melhorar a tecnologia profissional e a buscar uma racionalidade científica.

Assim, é nesse processo que a relação entre o Movimento de Reconceituação e o Serviço Social (mais precisamente anos 70-80), chama o marxismo, passando a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco do poder, atribuindo um novo perfil crítico profissional e acadêmico dos assistentes sociais.

Tais determinações para a constituição do Serviço Social supracitadas implicam numa série de reflexões que propiciam uma redefinição e busca de contemporaneidade da profissão, questionando as estruturas sociais, impondo ao Serviço Social, uma prática crítica em nível teórico-metodológico e também político, vinculada às lutas e interesses das classes populares e comprometidas com a transformação social.

Aqui, viabiliza-se uma prática profissional, cuja base de legitimação é a clientela/usuário, isto é, incorporar-se a construção de novas alternativas de ação direcionada as demandas populares, ante as especificidades do contexto social no qual se inscreve.

Necessariamente, nos referimos ao cenário atual contextualizado pela globalização mundial sobre a hegemonia do capital estrangeiro, mudanças na esfera estatal preconizada pela política neoliberal, acompanhada de uma retração dos investimentos públicos nas políticas sociais e etc., que vem ocasionando a exclusão social, econômica, política e cultural das classes subalternas e obviamente o processo de trabalho e formação do Serviço Social.

Exigi-se um profissional que tenha a competência para propor, para negociar com as instituições os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e suas funções profissionais

Enfim, exige-se um repensar da profissão, da prática profissional com a realidade social, recheada de competência teórico-metodológica e uma habilitação técnico-operativa direcionada à consolidação e ampliação dos direitos, da cidadania e das bases democráticas da vida social.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1. O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo:
 - a) A expansão do comércio internacional e a regulamentação jurídica dos processos de trabalho.
 - b) O desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana.
 - c) A hegemonia do Estado frente à classe trabalhadora
 - d) O aumento das classes emergentes capitalistas
2. Como deve ser a atuação do profissional de Serviço Social no atual cenário brasileiro?

Unidade 2.3 As demandas profissionais nas relações entre estado e sociedade.

A inserção nas atividades precárias ou nos poucos empregos criados tem exigido das pessoas mais trabalho e preparação para conseguir sobreviver, devendo sujeitar-se a trabalhos mal-remunerados, transitórios, informais, terceirizados ou à margem de toda garantia legal, e às vezes prejudiciais e antiéticos.

A exclusão vem sendo aprofundada tanto nas relações econômicas como nas culturais e políticas, apesar de exigir, por parte do Estado, algumas iniciativas pontuais para combatê-la. No conjunto, o Estado neoliberal tem como base estratégica de ação a redução dos direitos trabalhistas, previdenciários e de proteção social. Aumenta a dificuldade de acesso aos direitos universais: as alocações sociais familiares não são mais consideradas universais, o direito à previdência é reduzido, os programas sociais específicos são cortados. Faz-se apelo à auto-organização da população, ao auto-aperfeiçoamento, ao esforço individual para capacitação. Na realidade volta-se a considerar os pobres como merecedores

(com mérito) ou não merecedores (sem mérito), esforçados e não esforçados em conseguir a sua própria empregabilidade ou geração de renda.

Nessa dinâmica, trabalhar a reinserção social implica considerar a contradição entre a produção do desemprego de massa e o desengajamento ou descompromisso do Estado, e a contradição entre a produção simbólica do consumo e a realidade da exclusão, o que não se faz sem sofrimento e luta pelo poder. O apelo à auto-organização dos jovens, das minorias é, por sua vez, uma faca de dois gumes, já que pode possibilitar um germe de contra-hegemonia. Nesse sentido, abre-se um processo de auto-conhecimento da população, de interação entre as pessoas e também de organização e pressão por seus interesses e direitos, numa dinâmica de confronto.

Esta dinâmica se torna mais difícil diante da precariedade em que vivem os grupos mais pobres, prisioneiros da sobrevivência, das necessidades imediatas. O contrapoder precisa ser construído com teorias, informação, estratégias, organização. Se por um lado, esta construção é difícil em razão das condições de vida, por outro, o é também pelo imaginário coletivo do individualismo, da competição, da ruptura com as referências da ação coletiva comum.

Não percamos de vista que as mudanças na sociedade impellem ao desenvolvimento de novas teorias, que por sua vez embasam a prática e serão de fundamental importância para a construção histórica e o desenvolvimento social.

Atualmente, é um grande equívoco achar que o assistente social deve motivar-se somente com o rompimento da prática que condiciona a lógica da benesse ao enfrentamento dos problemas sociais ou executa programas somente para quem “deles precisa”, sem fornecer a essas pessoas os instrumentos de que precisam para construir sua própria cidadania, garantir e ampliar seus direitos individuais.

A hegemonia dos grupos dominantes se constrói com a direção dada pelo bloco no poder no sentido de responsabilizar a população pelo seu próprio êxito ou fracasso, deixando de lado, escamoteando, ocultando as causas ou condições estruturais da pobreza e da miséria. No contexto da chamada responsabilização do indivíduo, da família ou da comunidade, aos pobres cabe somente o engajamento na participação da gestão limitada de sua vida cotidiana ou nos projetos feitos de cima para baixo.

Os contratos de gestão feitos através de parcerias são negociados, muitas vezes de forma privada para atender interesses clientelistas, eleitoreiros, de grupos econômicos ou burocráticos, sem envolver a participação efetiva dos mais pobres. Muitas vezes os custos de serviços prestados são transferidos aos pobres, que devem pagar juros aos empréstimos que lhes são feitos para implementar esses mesmos serviços, hoje através de sistemas chamados “microcréditos” . isso não invalida a discussão sobre o “ empoderamento “ dos mais pobres no sentido de desenvolver e ampliar sua autonomia e, evidentemente colocar em discussão a participação do profissional de serviço social para dar cobertura as demandas que consideravelmente irão surgir.

A análise dos orçamentos do Estado pode mostrar a evolução da percentagem de dinheiro destinada aos mais pobres comparada por exemplo, àquela destinada ao pagamento da dívida, ao auxílio a bancos falidos, ao subsídio de empresas, aos megaprojetos do capital.

Os projetos para os pobres, nesta lógica não se referem mais ao “fundo perdido”, mas aos critérios de rentabilidade, descartando-se a ideologia da solidariedade e da redistribuição. Projetos de solidariedade precária podem ser até inventados nos molde da entrega de alimentos (cestas básicas), campanhas de agasalhos, funcionando para alguns como simulacros, mas podendo até, para outros, responder a iniciativas de “boa vontade”.

O discurso da solidariedade se tornou oficial em alguns países, como México e Brasil, sem que, contudo, se ampliasse a cidadania através deles. Continuaram a velha política clientelista de distribuição de cesta básica em troca de legitimação. Essa política de focalização, em oposição aos direitos universais, se inscreve na ótica clientelista. Não visa realmente possibilitar novas condições de vida, mas manter as condições existentes. A universalização é uma nova condição para o sujeito inserir-se na cidadania, tornar-se menos desigual.

A concepção do “social” como dívida da sociedade ou do Estado para com os mais pobres, possibilitando-lhes a sobrevivência, vem sendo substituída pelo chamado “*workfare*” ou obrigação de exercer um trabalho ou atividade em troca de uma prestação social, numa conjuntura em que o emprego é um recurso escasso. Os benefícios sociais são estigmatizados por estimular a acomodação e a dependência dos pobres desses benefícios, retirando-lhes, por exemplo, a iniciativa de buscar emprego.

A categorização de direito ao benefício vem sendo substituída pela de inserido em programas, o que é aleatório, como o auxílio social. Os programas são na maioria das vezes temporários, flutuantes, desconsiderando os direitos adquiridos. O inserido hoje pode não sê-lo amanhã. A segurança social dos admissíveis, segundo critérios públicos, vem sendo modificada pelos inseridos temporários. A admissão era considerada permanente para os que a obtinham.

Os profissionais de Serviço social podem contribuir considerando o processo dinâmico existente, os resultados e os interesses. A defesa de direitos é uma categoria de resistência que tem espaço na construção da cidadania, na operacionalização da efetivação das garantias legais através de dispositivos públicos como a defensoria pública, o Ministério Público ou de ações privadas no âmbito dos recursos internos e da Justiça Comum.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1.A prática profissional do assistente social na área do trabalho tem por objetivo:

- a) A orientação, a conscientização e a socialização dos trabalhadores, individual e coletivamente.
- b) A viabilização do lucro e o atendimento das necessidades dos consumidores.
- c) A pesquisa da realidade social e o planejamento da mobilização dos trabalhadores.
- d) A realização do trabalhador como homem e a valorização e humanização do trabalho.

2.De acordo com o texto, o que significa “ empoderamento” dos mais pobres”?

Unidade 2.4 O Redimensionamento da profissão: o mercado e as condições de trabalho.

Para entender o exercício profissional, é importante considerar as determinações das condições de trabalho e as características dos agentes.

O principal mercado empregador do Serviço Social é constituído pelas instituições, entre as quais existe uma enorme diversidade quer quanto ao seu gênero, quer quanto às formas de inserção do Serviço Social em sua estrutura.

As instituições podem ser tanto públicas quanto privadas, de âmbito urbano e/ou rural, de caráter filantrópico, de serviços ou de produção.

Nelas o assistente social se emprega como assalariado e subordinado. Sua função é eminentemente executiva, salvo raras exceções. O fato de ser assalariado não significa pertencer ao proletariado e ao trabalho produtivo---como já sugerimos anteriormente. É melhor situar a sua função na prestação de serviços como gasto de mais-valia. Isto não quer dizer que o Serviço Social não contribua para a reprodução da força de trabalho---quer dizer que o faz de maneira indireta.

A reconceitualização negou o trabalho institucional e propôs a passagem quase exclusiva à ação nos setores populares, com o que se conquistaria a posição de classe “proletária” opção qual não levava em conta o caráter contraditório da ação profissional.

A opção revolucionária é uma condição subjetiva do profissional, e não uma condição inerente à natureza da profissão. O processo revolucionário depende de outras mediações, como os partidos e os movimentos de massa.

Essa afirmação não elimina a possibilidade de que organizações e/ou segmentos do Serviço Social contribuam a um processo de mudanças sociais. O que se pode constatar hoje, na América Latina, é que o campo de ação predominante para o Serviço Social são as políticas sociais, que caracterizamos como forma de gestão da vida cotidiana assumidas pelo Estado. O Estado ao mesmo tempo, é expressão de certas reivindicações populares e condição e resultado do processo de acumulação do capital.

Nos períodos de crise e expansão do capitalismo, e em determinadas conjunturas, as políticas sociais se adéquam a estas condições objetivas, dando lugar à restrição e/ou ampliação de ações nelas inscritas. No interior das políticas

sociais, o papel do assistente social é ambíguo, por sua função executiva e intermediadora entre os setores populares e o Estado.

O papel profissional, em si mesmo, não define uma opção frente às políticas sociais. Por seu turno, o sistema não está interessado numa definição mais clara do papel do assistente social, o que se manifesta no menor reconhecimento jurídico da profissão.

Quando se define o papel do assistente social no âmbito das políticas sociais, isto ocorre a nível de tarefas isoladas que conduzem ao desenvolvimento de duas tendências: o burocratismo e o espontaneísmo. O espontaneísmo contribui para um ativismo esgotante, que impede a percepção clara dos objetivos e a estratégia que se perseguem e dos resultados que se obtém. O burocratismo se apresenta na manipulação de cargos apenas por motivos de ascensão social e da efetivação de uma atividade instrumental, afastada do contato direto com o povo.

É necessário recuperar relação direta com os usuários dos Serviços Sociais como um espaço irrenunciável do Serviço Social.

A ambiguidade do Serviço Social, e de outras profissões, manifesta-se também na incapacidade para distinguir os objetivos para profissionais dos objetivos institucionais, e muitas vezes dos objetivos individuais.

Áreas de atuação e espaços emergentes no Serviço Social

A quantidade de áreas que demandam a atuação de um Assistente Social é vasta:

- *Universidades Públicas e Particulares;
- * Empresas de Grande Porte;
- * Órgãos Públicos;
- * Organizações Não-Governamentais;
- * Orçamento Participativo;
- * Os Conselhos de Política e de Direitos;
- * Reestruturação Produtiva e Novas demandas organizacionais do Serviço Social;
- * Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente;
- * A Filantropia Empresarial e Entidades da Sociedade Civil;
- * Os cuidados dirigidos à família e Segmentos Vulneráveis.

Vale ressaltar que em todas as áreas supramencionadas a abertura de espaço profissional, manutenção e extensão estará condicionada à capacidade do assistente social criar, elaborar e propor estratégias necessárias ao aprimoramento dos serviços, capacidade essa que terá que ser construída por meio da leitura, do estudo, da articulação, cursos, conselhos e demais instâncias e em espaços que permitam a formulação e implementação da políticas públicas.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1.Qual o principal mercado empregador do Assistente Social e como são as condições de trabalho desses profissionais?

2.Precarização e informalização são algumas das expressões que atingem o mundo do trabalho no quadro da reestruturação produtiva do capital. Estas questões expressam demandas postas ao Serviço Social que devem ser identificadas:

- a) na análise focal dos problemas sociais vivenciados pelos setores mais empobrecidos da população.
- b) no levantamento dos focos de pobreza nas grandes metrópoles onde atuam os assistentes sociais.
- c) nos setores mais miseráveis da sociedade nos quais são articuladas as alternativas profissionais.
- d) no conjunto das necessidades sociais das classes subjacentes às demandas profissionais.

AVALIAÇÃO PROCESSUAL

1. Construa um texto, traçando um paralelo sobre como se constrói a intervenção do Assistente Social de forma comprometida e o que provoca a ausência de criticidade na intervenção profissional.

CAPITULO 3 ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS PROFISSIONAIS

Unidade 3.1 Condições de trabalho e respostas profissionais

No Brasil, firma-se como profissão integrada ao setor público frente à ampliação do controle e da ação do Estado junto à sociedade civil. Por meio da portaria nº35, de 19/04/1949, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Serviço Social foi enquadrado no 14º grupo de profissões liberais. Porém, apesar da regulamentação, não apresenta uma tradição de prática peculiar às profissões liberais, na acepção corrente do termo. Historicamente, ele não é um profissional autônomo que exerce independentemente suas funções, porém não excluem os traços que marcam uma prática liberal que viabilize em seus agentes especializados certa margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções institucionais.

Na relação e no contato direto com os usuários, abre-se a possibilidade de reorientar a forma de intervenção e interpretação do papel desse profissional. Com a indefinição do que é e do que faz, abre-se ao assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem a demanda institucional. Porém, dentre as organizações institucionais que mediatizam o exercício profissional, o Estado ocupa uma posição de destaque, por ser tradicionalmente um dos maiores empregadores desse profissional no Brasil.

De acordo com alguns segmentos, a modernização e o poder institucional demandam redefinições da atividade profissional e dos parâmetros de eficiência e racionalidade, o que favorece uma renovação permanente das bases de legitimidade do Serviço Social.

Nos marcos de uma profissão com um passado eivado pelo pragmatismo e pelo utilitarismo, representa um avanço significativo no estabelecimento de bases para o seu repensar crítico, que estabelece parâmetros teoricamente sólidos e fundamentais, ao recuperar o que há de mais criativo, do ponto de vista do método e da teoria social crítico-dialética, como pano de fundo para o enriquecimento das interpretações de situações sociais a partir das quais atua o Serviço Social, assim como das próprias particularidades profissionais.

Unidade 3.2 O exercício profissional em Instituições Privadas, Organizações Governamentais e Não Governamentais e os Movimentos Sociais.

A relevância do trabalho deste profissional através de sua participação na dinâmica institucional das empresas dar-se por intermédio de projetos específicos de intervenção ou por meio de atendimentos sociais realizados aos colaboradores. Esta intervenção profissional com vista a uma melhor qualidade de vida apesar de não reordenar as relações de produção, contribui com o acesso à informação e encaminhamentos que buscam sistematizar o atendimento à situação-problema apresentada pelo usuário, bem como, propiciar uma solução eficaz. Questões relacionadas à saúde dos trabalhadores tornam-se, cada dia mais um fator de preocupação para as empresas, fazendo com que passem a adotar políticas de prevenção e controle do ambiente de trabalho interno e, que exercem influência direta sobre a qualidade de vida de seus colaboradores.

Atento a esse fato, procura o profissional de Serviço Social trabalhar aspectos que influenciam diretamente na qualidade de vida, principalmente, na forma de prevenção de fatores que resultam em doenças e agravos a saúde. Em geral, o Assistente Social não é contratado para garantir ao trabalhador realizar-se profissionalmente ou que tenha as suas necessidades individuais e sociais satisfeitas. Mas, mediar às relações de interesse do capital (empresa) e do trabalho (colaborador), na busca de condições mais humanas de trabalho articulando o campo dos valores, dos comportamentos, do conhecimento e da cultura dos

envolvidos. Através destas mediações, que funcionam como dutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias e atores da empresa, o Serviço Social apresenta-se como a intervenção que o Assistente Social faz nas relações sociais, viabilizando os meios para a conscientização e conquista dos direitos.

É atribuído, também, a esse profissional o papel de intervenção direta nas relações sociais na empresa, o que pressupõe mudanças tanto junto aos trabalhadores como à organização profissional que prevê ou colabora na solução das dificuldades de ordem pessoal e social de seus membros, orientando de forma a se tornarem integrados individualmente, ou em grupo. O desafio enfrentado pelo Assistente Social é o de estruturar uma prática profissional que redirecione o modelo capitalista das relações de trabalho que exige uma construção estratégica que relacione direitos, necessidades e desejos dos trabalhadores à produtividade, e lucratividade. Na busca pela qualidade de vida como questão determinante da melhoria da relação entre empresa e colaboradores, o desafio imposto ao Serviço Social é ainda maior. Grande parte das organizações observa não a promoção desta saúde, mas a redução dos danos gerados; não sua prevenção, mas o tratamento dos efeitos, mesmo sabendo que eles representam custos superiores.

No caso da sua atuação em Organizações Governamentais, antes o que se observava era que esse profissional representava o relacionamento, atitudes e comportamentos expressos pela sociedade entre as suas diversas segmentações. Assim, a ação do Assistente Social se confundia com a ação das senhoras participantes das organizações filantrópicas, que pressupunham o ser humano carente, como sujeito à sua ação corretiva, caritativa.

Hoje é sabido que o Assistente Social atua nas organizações como assessor dos gestores auxiliando-os na identificação das tais condicionantes e gerando soluções para que as interações sejam finalizadas em sinergia. Ele não é um profissional eminentemente operacional. Este é um dos mitos que precisam ser reposicionados. O Assistente Social é um estrategista social.

No âmbito do desenvolvimento sustentável e o da sustentabilidade corporativa, o Assistente Social subsidia a organização na formulação de políticas de gestão das pessoas, demonstrando o impacto nos resultados de produtividade, lucratividade, qualidade e imagem corporativa, decorrentes da qualidade dos seres humanos nessa organização humana-empresa.

O Assistente Social monitora as interações e o clima decorrentes dessas interações e subsidia as decisões estratégicas da empresa, proativa e preventivamente.

Já quanto ao desenvolvimento econômico, as ações são mensuráveis, com indicadores de conhecimento e acesso fácil pelos gestores, demonstrando impacto no negócio. Dentre eles podemos citar o absenteísmo, “presenteísmo” ou falta de engajamento, doenças organizacionais, sinistralidade decorrente dessas doenças e acidentes, rotatividade de pessoal, conflitos de relacionamento na hierarquia em linha vertical e horizontal, entre muitos dos fatores sociais, aos quais denominamos de Riscos Sociais.

A importância do Assistente Social é percebida quando além de identificar condicionantes internas e externas à empresa, geradoras de situações sociais de risco, estende essa informação aos seus pares, os gestores das áreas clientes internas e aos demais processos de gestão de pessoas (Atração, Retenção, Engajamento e Transição), para análise e ação integradas apoiadas na transdisciplinaridade.

Temos espaço para atuação do Assistente Social em organizações empresariais públicas, privadas e no Terceiro Setor, porque em todas elas temos seres humanos interagindo e gerando como produto, o social.

Atualmente as organizações têm suas práticas pautadas em normas e pactos globais que situam o econômico, o social e o ambiental em um mesmo patamar de importância. Por isto, o Assistente Social precisa atualizar-se e ter sua prática interagindo com essas outras áreas.

Quanto a atuação do Assistente Social em organizações não governamentais(ONGs)e movimentos sociais deve partir da reflexão sobre a configuração da sociedade civil brasileira, nos diferentes momentos históricos e de suas relações com o Estado e entre os diversos sujeitos sociais.

Historicamente, a relação do Estado com a Sociedade Civil no Brasil tem sido marcada pelo patrimonialismo - o uso privado da coisa pública (clientelismo, corrupção, etc.), pelo autoritarismo (ausência de democracia, transparência, participação e controle social) e pela exclusão social (desigualdades sociais, negação sistemática de direitos de cidadania e de acesso à riqueza, bens e serviços produzidos no país).

Esses aspectos caracterizam a cultura política brasileira e se reproduzem no cotidiano das relações sociais e políticas. As fronteiras entre Estado e sociedade civil, público e privado, indivíduo e sociedade balizam o debate, juntamente com a discussão sobre projetos, perspectivas e proposições para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, falar em sociedade civil, movimentos sociais e ONGs implica numa visão histórica e na compreensão dos diferentes interesses e conflitos presentes na sociedade. Com os anos 1990 e o início do século XXI um novo cenário se apresenta para os movimentos sociais e também para as ONGs. Por um lado, a situação social é agravada pela globalização neoliberal, pela flexibilização produtiva e reforma do Estado, e, por outro lado, a conquista e criação dos espaços institucionais (conselhos) e o estabelecimento de novas relações com as esferas governamentais colocam novos desafios de atuação.

As ONGs são organizações privadas de interesse público. O termo ONG é objeto de disputa de significados na sociedade brasileira, pois abriga diversas organizações, heterogêneas, com diferenças de origem, trajetória, compromissos, objetivos, formas de organização e métodos de ação. Observa-se uma multiplicação de novas organizações sem fins lucrativos, entidades assistenciais, organizações de ações solidárias, fundações empresariais, etc. O debate em torno dos movimentos sociais e das ONGs e, conseqüentemente, da atuação do Serviço Social nesses campos, envolve temas como: a relação Estado-Sociedade Civil, participação social, projetos de sociedade, conflitos de interesse, representatividade, autonomia, novas dinâmicas e formas de fazer política, capacitação e formação dos sujeitos sociais e financiamento das ações.

Especificamente em relação às ONGs pode-se identificar uma polêmica em torno do conceito de terceiro setor e de seu papel na conjuntura neoliberal. Legislação básica - O Código Civil Brasileiro prevê a existência de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos através de dois formatos jurídicos institucionais, associações ou sociedades civis sem fins lucrativos e fundações. Em 1999 foi aprovada a Lei 9790/99 que cria as organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs. Os movimentos sociais podem ou não ser institucionalizados. Já as ONGs são sempre institucionalizadas, em geral no formato de associação civil ou de organização da sociedade civil de interesse público - OSCIPS.

Entretanto, esses instrumentos legais são insuficientes para a necessidade das organizações e do próprio Estado brasileiro. Desafios/limites para a profissão - Refletir sobre a prática profissional dos assistentes sociais em movimentos sociais e organizações não governamentais implica necessariamente no debate sobre limites e possibilidades dessa atuação, no aprofundamento do conceito de mediação social e nas contribuições profissionais para o fortalecimento da sociedade civil brasileira.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1.A atuação do Serviço Social na área empresarial pode colaborar para a viabilização do processo de transformação social. Este papel se revela a partir das condições objetivas em que se desenvolve a prática, em função das escolhas subjetivas dos agentes profissionais e por suas opções de caráter:

- a) Religioso-educacional
- b) Técnico-científico
- c) Sócio-econômico
- d) Político-ideológico

2. As Organizações Não Governamentais (ONGs):

- a) Tem a função de produzir bens e serviços, substituindo o Estado em seu papel de provedor da sociedade civil.
- b) Representam microformas de organização da sociedade civil, que exercem atividades de consultoria e assessoria aos movimentos populares.
- c) São porta-vozes de interesses das organizações governamentais estrangeiras no país.
- d) Contribuem para a redução da presença dos movimentos sociais na esfera pública.

Unidade 3.3 A relação Assistente Social e usuários dos Serviços Sociais

As mediações do Serviço Social situam-se com maior ou menor flexibilidade nas diferentes organizações ou instituições em que se faz presente. Assim sofrerá pressões mais ou menos fortes para inserir-se nas formas clientelista e burocráticas aqui analisadas de acordo com as forças em presença nas quais estão incluídas sua capacidade de formular propostas, estabelecer estratégias e táticas de constituir alianças.

Seria ingênuo afirmar que o Serviço Social goza de autonomia, mas seria mecânico e contraditório dizer que não tem iniciativa de ação, qual não tem nenhuma capacidade de articulação, sendo figurante do capital ou dos trabalhadores para alguns, que pensam mecanicamente a realidade, apenas em termos de inversão de um lado para outro.

É necessário ver em que setores estatais se atribuem recursos para a reprodução da força de trabalho como a Previdência Social, e há uma série de benefícios que aparentemente seriam automáticos, mas que se articulam com tramitações, informações, vinculadas ao sujeito concreto.

Para ter acesso a essas políticas é preciso que haja um sujeito de direitos à Previdência, o que implica contribuições e prestações estabelecidas com a força definida em lei. O uso da lei é um processo complexo. Este é o exercício cotidiano da cidadania, ou seja, a articulação do acesso ao direito com a decisão de exigí-lo e de participar das decisões que definem esses direitos.

O Serviço Social poderá reduzir-se, aí, a um mero agente burocrático na era dos serviços, como também poderá ampliar alternativas de ação para a defesa da cidadania de seus usuários. A força de trabalho tem seus limites e suas compensações por meio de uma garantia social definida pela força do direito que precisa ser exigido para não ser recuado, que implica ação consciente dos sujeitos historicamente constituídos na representação de si mesmos e do outro, de si e dos adversários. Essa mediação política global do sujeito diante do Estado por meio dos profissionais e burocratas tem ainda outras determinações específicas como questões psicossociais de nível individual e familiar, que afetam a pessoa e a própria valorização da força de trabalho.

O trabalhador que dispõe da força de trabalho também é uma força social e política que precisa se fortalecer para realizar-se. Este fortalecimento implica estabelecer ações de conjunto, estratégias e táticas entre pessoas-sujeitos e organizações para que se produzam efeitos de exigência de direitos, ruptura de laços de opressão e dominação no cotidiano, desenvolvimento da esfera de compreensão e da identidade pessoal no seu relacionamento. Deste modo é que os problemas vão aparecer em novas dimensões para serem enfrentados, mudando-se a metodologia banal de se responder a problemas com recursos preestabelecidos, de se controlar o comportamento com regras impostas, de se contentar as necessidades com argumentos postergatórios ou de escuta aliviadora. O uso de recursos serve para mobilizar energias, uso de regras para a discussão da autonomia, uso de diálogo para ampliar a comunicabilidade, a interação, a organização e a mobilização dos sujeitos-pessoas.

Romper com a ideologia da neutralidade e mostrar o comprometimento das ações, foi a principal questão posta pelo movimento de reconceituação, o que é, hoje, mais atual que nunca, pois a análise da relação entre estrutura e superestrutura, entre a reprodução da força de trabalho e sua articulação como força social se faz mais consciente ao nível do Serviço Social.

Diante das camadas mais exploradoras da classe trabalhadora, a atuação do Estado aparece simbolicamente salvadora, como vimos, justamente pelo isolamento em que se encontram, pela miséria a que são submetidos, fragmentando-se a ação do Serviço Social em múltiplas atividades que vão desde o assistencialismo de migalha até a organização de um sistema de acesso e pronto atendimento familiar, em face da política clientelista de assistência social.

Urge que se aplique a lei orgânica de assistência baseada no critério de atendimento às necessidades sociais e o acesso ao Serviço Social como direito do cidadão. Pobre é estigmatizado como preguiçoso. Se for negro, é considerado como perigoso. Se for mulher, é suspeita. A mudança do atendimento a estas camadas implica, pois, a luta conjunta e articulada por novas políticas, por organizações de pressão, por recursos, por transformação da identidade social, como mediações também inovadoras exigidas pelas próprias forças que são desenvolvidas nos processos produtivos e por sua participação política.

Trabalhar os conflitos gerados nas contradições em processo é mais complicado do que aceitar as acomodações exigidas pela hegemonia do capital ou

pelas grandes explicações de utilidade do Serviço Social no processo produtivo. Uma compreensão profunda das relações entre sujeito e força de trabalho, entre estrutura e superestrutura, entre o papel das condições sociais e da vontade coletiva articulada é que poderá mudar até mesmo as formas de inserção do Serviço Social como força de trabalho no sistema de produção, como organização, como identidade.

Nossa crise eterna de identidade profissional juntamente com nossos usuários, exige mais crítica, mais complexidade, mais comprometimento, para uma solução política dessa crise que não depende de metodologias, tecnocracias e burocratismo. Depende da construção teórico/prática de uma compreensão e de uma ação nas relações complexas do capitalismo de hoje.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1. De acordo com o texto, como deve ser concretizada a relação entre o Assistente Social e os usuários dos serviços Sociais?

2. **“Romper com a ideologia da neutralidade e mostrar o comprometimento das ações, foi a principal questão posta pelo movimento de reconceituação...”** Na sua concepção, o que o autor quis dizer com essa afirmativa.

Unidade 3.4 Os instrumentos e as técnicas utilizadas pelo Serviço Social nas respostas às demandas profissionais.

Instrumentalidade no exercício profissional do assistente social parece ser algo referente ao uso daqueles instrumentos necessários ao agir profissional, através dos quais os assistentes sociais podem efetivamente objetivar suas finalidades em resultados profissionais propriamente ditos. Porém, uma reflexão mais apurada sobre o termo instrumentalidade nos faria perceber que o sufixo “idade” tem a ver com a capacidade, qualidade ou propriedade de algo. Com isso podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico.

Foi dito que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais.

É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Por que dizer que a instrumentalidade é condição de reconhecimento social da profissão?

Todo trabalho social (e seus ramos de especialização — por ex. o Serviço Social) possui instrumentalidade, a qual é construída e reconstruída na trajetória das profissões pelos seus agentes. Esta condição inerente ao trabalho é dada pelos homens no processo de atendimento às necessidades materiais (comer, beber, dormir, procriar) e espirituais (relativas à mente, ao intelecto, ao espírito, à fantasia) suas e de outros homens. Pelo processo de trabalho os homens transformam a realidade, transformam-se a si mesmo e aos outros homens. Assim, os homens reproduzem material e socialmente a própria sociedade. A ação transformadora que é práxis (ver Lessa, 1999 e Barroco, 1999), cujo modelo privilegiado é o trabalho, tem uma instrumentalidade. Detém a capacidade de manipulação, de conversão dos objetos em instrumentos que atendam as necessidades dos homens e de transformação da natureza em produtos úteis (e em decorrência, a transformação da sociedade). Mas a práxis necessita de muitas outras capacidades/propriedades além da própria instrumentalidade.

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis.

Se trabalho é relação homem-natureza, e práxis é o conjunto das formas de objetivação dos homens (incluindo o próprio trabalho) num e noutro os homens realizam a sua teleologia. Toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em

instrumentos/meios para o alcance de suas finalidades. Converter os objetos naturais em coisas úteis, torná-los instrumentos é um processo teleológico, o qual necessita de um conhecimento correto das propriedades dos objetos. Nisso reside o caráter emancipatório do trabalho. Entretanto, tal conhecimento seria insuficiente se a ele não se acrescentasse a operatividade propriamente dita, a capacidade de os homens alterarem o estado atual de tais objetos (Guerra, 2000).

Qual a relação entre postura teleológica e instrumentalidade?

No trabalho o homem desenvolve capacidades, que passam a mediar sua relação com outros homens. Desenvolve também mediações, tais como a consciência, a linguagem, o intercâmbio, o conhecimento, mediações estas em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis. Isso porque, o desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais e o processo de reprodução social, como um todo, requer mediações de complexos sociais tais como: a ideologia, a teoria, a filosofia, a política, a arte, o direito, o Estado, a racionalidade, a ciência e a técnica (Lessa, 1999; Guerra, 2000). Tais complexos sociais (que Lukács chama de mediações de “segunda ordem”, já que as de primeira ordem referem-se ao trabalho) tem como objetivo proporcionar uma dada organização das relações entre os homens e localiza-se no âmbito da reprodução social.

O que ocorre com a instrumentalidade com a qual os homens controlam a natureza e convertem os objetos naturais em meios para o alcance de suas finalidades, é que ela é transposta para as relações dos homens entre si, interferindo em nível da reprodução social. Mas isso só ocorre em condições sócio-históricas determinadas. Nestas, os homens tornam-se meios/instrumentos de outros homens. O exemplo mais desenvolvido de conversão dos homens em meios para a realização de fins de outros homens é o da compra e venda da força de trabalho como mercadoria, de modo que a instrumentalidade, convertida em instrumentalização das pessoas, passa a ser condição de existência e permanência da própria ordem burguesa, via instituições e organizações sociais criadas com este objetivo.

Pelas suas características, o processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumentos/meios de

reprodução do capital. Isso se dá por meio de profundas e substantivas transformações societárias, as quais não poderão ser tratadas neste texto. Cabe-nos apenas sinalizar que num determinado tipo de sociedade, a do capital, “o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto pessoa humana e se converte em instrumentos para a execução das necessidades de outrem” (Lessa, 1999). (Sobre a reificação das relações sociais no capitalismo maduro ver Netto, 1981).

Em que condições sócio-históricas a instrumentalidade como condição necessária da relação homem-natureza se converte em instrumentalização das pessoas?

Serviço Social e instrumentalidade.

Como decorrência das formas lógicas de reprodução da ordem burguesa e como modalidade sócio-históricas de tratamento da chamada questão social, o Estado passa a desenvolver um conjunto de medidas econômicas e sociais, demandando ramos de especialização e instituições que lhe sirvam de instrumento para o alcance dos fins econômicos e políticos que representa, em conjunturas sócio-históricas diversas. A questão social esta sendo entendida como “expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto e Carvalho, 1982: 77; Ver também Netto, 1992 e, especialmente, 2001).

É no estágio monopolista do capitalismo, dadas às características que lhe são peculiares, que a questão social vai se tornando objeto de intervenção sistemática e contínua do Estado. Com isso, instaura-se um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social (bem como para outras profissões).

A utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. Numa ordem social constituída de duas classes fundamentais (que se dividem em camadas ou segmentos) tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou ao trabalho, são não apenas diferentes, mas antagônicas. A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão. Estas são respostas qualificadas

e institucionalizadas, para o que, além de uma formação social especializada, devem ter seu significado social reconhecido pelas classes sociais fundamentais (capitalistas e trabalhadores).

Considerando que o espaço sócio-ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de tais necessidade sociais e que historicamente a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente nas refrações da questão social, institucionalmente transformada em questões sociais (Netto, 1992), através de uma determinada modalidade histórica de enfrentamento das mesmas: as políticas sociais, pode-se conceber que as políticas e os serviço sociais constituem-se nos espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais.

As políticas sociais, além de sua dimensão econômico-política (como mecanismo de reprodução da força de trabalho e como resultado das lutas de classes) constituem-se também num conjunto de procedimentos técnico-operativos, cuja componente instrumental põe a necessidade de profissionais que atuem em dois campos distintos: o de sua formulação e o de sua implementação. É neste último, no âmbito da sua implementação, que as políticas sociais fundam um mercado de trabalho para os assistentes sociais.

Com a complexificação da questão social e seu tratamento por parte do Estado, fragmentando-a e recortando-a em questões sociais a serem atendidas pelas políticas sociais, instituiu-se um espaço na divisão sócio-técnica do trabalho para um profissional que atuasse na fase terminal da ação executiva das políticas sociais, instância em que a população vulnerabilizada recebe e requisita direta e imediatamente respostas fragmentadas através das políticas sociais setoriais. É nesse sentido que as políticas sociais contribuem para a produção e reprodução material e ideológica da força de trabalho (melhor dizendo, da subjetividade do trabalhador como força de trabalho) e para a reprodução ampliada do capital.

Como resultado destas determinações no processo de constituição da profissão, a intencionalidade dos assistentes sociais passa a ser mediada pela própria lógica da institucionalização, pela dinâmica da instauração da profissão e pelas estruturas em que a profissão se insere, as quais, em muitos casos, submetem o profissional, melhor dizendo, os assistente sociais “passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias (...)” próprios da ordem burguesa no estágio monopolista (Netto, 1992: 68), os quais são portadores da lógica do

mercado. Assim, o assistente social adquire a condição de trabalhador assalariado com todos os condicionamentos que disso decorre.

Por isso é importante, na reflexão do significado sócio-histórico da instrumentalidade como condição de possibilidade do exercício profissional, resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais que, como espaços de intervenção profissional, atribuem determinadas formas, conteúdos e dinâmicas ao exercício profissional. A este respeito, considerando a natureza (compensatória e residual) e o modo de se expressar das políticas sociais (como questão de natureza técnica, fragmentada, focalista, abstraída de conteúdos econômico-políticos) estas obedecem e produzem uma dinâmica que se reflete no exercício profissional através de dois movimentos:

1. Interditam aos profissionais a concreta apreensão das políticas sociais como totalidade, síntese da articulação de diversas esferas e determinações (econômica, cultural, social, política, psicológica), o que os limita a uma intervenção microscópica, nos fragmentos, nas refrações, nas singularidades;
2. Exigem dos profissionais a adoção de procedimentos instrumentais, de manipulação de variáveis, de resolução pontual e imediata. (ver Netto, 1992 e Guerra, 1995).

Quais os vínculos entre as políticas sociais e o Serviço Social?

Neste contexto, assim entendida a utilidade social da profissão, vinculada às políticas sociais, a instrumentalidade do Serviço Social pode ser pensada como uma condição sócio-histórica da profissão nos níveis:

1. Da instrumentalidade do Serviço Social face ao projeto burguês, o que significa a capacidade que a profissão porta (dado ao caráter reformista e integrador das políticas sociais) de ser convertida em instrumento, em meio de manutenção da ordem, a serviço do projeto reformista da burguesia. Neste caso, dentro do projeto burguês de reformar conservando, o Estado lança mão de uma estratégia histórica de controle da ordem social, qual seja, as políticas sociais, e requisita um profissional para atuar no âmbito da sua operacionalização: os assistentes sociais. Este aspecto está vinculado a uma das funções que a ordem burguesa atribui à profissão: reproduzir as relações capitalistas de produção.

2. Da instrumentalidade das respostas profissionais, no que se refere à sua peculiaridade operatória, ao aspecto instrumental-operativo das respostas profissionais frente às demandas das classes, aspecto este que permite o reconhecimento social da profissão, dado que, por meio dele o Serviço Social pode responder às necessidades sociais que se traduzem (por meio de muitas mediações) em demandas (antagônicas) advindas do capital e do trabalho. Isto porque as diversas modalidades de intervenção profissional tem um caráter instrumental, dado pelas requisições que tanto as classes hegemônicas quanto as classes populares lhe fazem. Nesta condição, no que se refere às respostas profissionais, a instrumentalidade do exercício profissional expressa-se:

1. Nas funções que lhe são requisitadas: executar, operacionalizar, implementar políticas sociais; a partir de pactos políticos em torno dos salários e dos empregos (do qual o fordismo é exemplar) melhor dizendo, no âmbito da reprodução da força de trabalho

2. No horizonte do exercício profissional: no cotidiano das classes vulnerabilizadas, em termos de modificar empiricamente as variáveis do contexto social e de intervir nas condições objetivas e subjetivas de vida dos sujeitos (visando a mudança de valores, hábitos, atitudes, comportamento de indivíduos e grupos). É no cotidiano — tanto dos usuários dos serviços quanto dos profissionais — no qual o assistente social exerce sua instrumentalidade, o local em que imperam as demandas imediatas, e conseqüentemente, as respostas aos aspectos imediatos, que se referem à singularidade do eu, à repetição, à padronização. O cotidiano é o lugar onde a reprodução social se realiza através da reprodução dos indivíduos (Netto, 1987), por isso um espaço ineliminável e insuprimível. As singularidades, os imediatismos que caracterizam o cotidiano, que implicam na ausência de mediação, só podem ser enfrentados pela apreensão das mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais e civilizatórios, princípios e referências teóricas, práticas e políticas) que se colocam na realidade da intervenção profissional.

3. Nas modalidades de intervenção que lhe são exigidas pelas demandas das classes sociais. Estas intervenções, em geral, são em nível do imediato, de natureza manipulatória, segmentadas e desconectadas das suas determinações estruturais, apreendidas nas suas manifestações emergentes, de caráter microscópico.

Nestes três casos são respostas manipulatórias, fragmentadas, imediatistas, isoladas, individuais, tratadas nas suas expressões/aparências (e não nas determinações fundantes), cujo critério é a promoção de uma alteração no contexto empírico, nos processos segmentados e superficiais da realidade social, cujo parâmetro de competência é a eficácia segundo a racionalidade burguesa⁵. São operações realizadas por ações instrumentais⁶, são respostas operativo-instrumentais, nas quais impera uma relação direta entre pensamento e ação e onde os meios (valores) se subsumem aos fins. Abstraídas de mediações subjetivas e universalizantes (referenciais teóricos, éticos, políticos, sócioprofissionais, tais como os valores coletivos) estas respostas tendem a perceber as situações sociais como problemáticas individuais (por exemplo: o caso individual, a situação existencial problematizada, as problemáticas de ordem moral e/ou pessoal, as patologias individuais, etc.).

Quais os níveis em que tem se manifestado a instrumentalidade do Serviço Social?

Se muitas das requisições da profissão são de ordem instrumental (em nível de responder às demandas — contraditórias— do capital e do trabalho e em nível de operar modificações imediatas no contexto empírico), exigindo respostas instrumentais, o exercício profissional não se restringe à elas. Com isso queremos afirmar que reconhecer e atender às requisições técnico-instrumentais da profissão não significa ser funcional à manutenção da ordem ou ao projeto burguês. Isto pode vir a ocorrer quando se reduz a intervenção profissional à sua dimensão instrumental. Esta é necessária para garantir a eficácia e eficiência operatória da profissão. Porém, reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de qualquer finalidade. Significa também limitar as demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho. É também equivocado pensar que para realizá-las o profissional possa prescindir de referências teóricas e ético-políticas.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade

dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos.

Assim, na realização das requisições que lhe são postas, a profissão necessita da interlocução com conhecimentos oriundos de disciplinas especializadas. O acervo teórico e metodológico que lhe serve de referencial é extraído das ciências humanas e sociais (conhecimentos extraídos das áreas de: Administração, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Economia etc.). Tais conhecimentos têm sido incorporados pela profissão e particularizados na análise dos seus objetos de intervenção. Mas a profissão também tem produzido, através da pesquisa e da sua intervenção, conhecimentos sobre as dimensões constitutivas da questão social, sobre as estratégias capazes de orientar e instrumentalizar a ação profissional (dentre outros temas) e os tem partilhado com profissionais de diversas áreas.

Foi dito linhas atrás que há dimensões da instrumentalidade do exercício profissional e falamos de duas delas. Mas a terceira condição da instrumentalidade é a de ser uma mediação. Se é verdade que a Instrumentalidade insere-se no espaço do singular, do cotidiano, do imediato, também o é que ela, ao ser considerada como uma particularidade da profissão, dada por condições objetivas e subjetivas, e como tal sócio-históricas, pode ser concebida como campo de mediação e instância de passagem.

Diferente disso seria tomar a instrumentalidade apenas como singularidade, e como tal, um fim em si mesma, de modo que estaríamos desconhecendo suas possibilidades como particularidade. No cotidiano, como o espaço da instrumentalidade, imperam demandas de natureza instrumental. Nele, a relação meios e fins rompe-se e o que importa é que os indivíduos acionem os elementos necessários para alcançarem seus fins. Mas pelas próprias características do cotidiano, os homens não se perguntam pelos fins: a quem servem? que forças reforça? qual o projeto de sociedade que está na sua base? Tampouco pelos valores que estão implicados nas ações desencadeadas para responder imediata e instrumentalmente ao cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises feitas em todo o processo de caracterização desta apostila nos permite expor algumas considerações.

Configurando o trabalho com suas bases constitutivas, observamos que ele tornou-se categoria fundante da sociabilidade humana e é também base ontológica do homem para que este pudesse se firmar enquanto ser social.

Todavia, percebemos que, historicamente o trabalho passou por profundas modificações, culminando na exploração do homem pelo homem (perda da sociabilidade), na submissão ao sistema capitalista com suas formas constitutivas e na decomposição da atividade artesanal, sem desconsiderar, também, que a sociedade do homem, ao se complexificar, modifica suas estruturas, ou seja, as tarefas vão se dividindo e acarretando constante insatisfação, precarização e insegurança no próprio processo de trabalho.

Assiste-se a sucessivas crises do capitalismo no meio de uma revolução tecnológica e é esta que aos poucos vai eliminando o trabalho como elemento de identificação dos homens.

O Serviço Social é inserido na divisão sócio-técnica do trabalho em meio à crise fazendo com que o profissional não se distancie do novo cenário apresentado. As mudanças que surgem, invariavelmente, colocam não só novas demandas para a profissão como encerram novas determinações na própria organização e dinâmica do seu processo de trabalho.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1. **“A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos.”** Você concorda com essa afirmativa? Justifique sua resposta.

2. Marilda V. Iamamoto aponta elementos essenciais que devem ser incorporados na atuação do Serviço Social na contemporaneidade. A afirmativa que retrata um deles é:

- a) A recusa à tarefas socialmente atribuídas a este profissional.
- b) O direcionamento das ações para o campo privado da vida do trabalhador.
- c) O empreendimento de pesquisas sobre os serviços sociais prestados na esfera estatal e privada.
- d) O investimento na transformação dos espaços de trabalho, especialmente estatais, em espaços de fato públicos.

AVALIAÇÃO PROCESSUAL

1. **“Diante das camadas mais exploradoras da classe trabalhadora, a atuação do Estado aparece simbolicamente salvadora, pelo isolamento em que se encontram, pela miséria a que são submetidos, fragmentando-se a ação do Serviço Social em múltiplas atividades que vão desde o assistencialismo de migalha até a organização de um sistema de acesso e pronto atendimento familiar, em face da política clientelista de assistência social.”** Faça um texto dissertativo em referência a essa afirmativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Básica

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000. 7ª ed.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

Complementar

FALEIROS, V.P. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. Cortez Editora. São Paulo.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Os pensadores: São Paulo, Nova Cultural. 1999.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social.